

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS P_1 e P_2 --

-- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

Texto CB1A1

Percebe-se no Brasil um persistente discurso de negatização da atividade fiscal, do Estado fiscal, ainda marcado por figuras arcaicas como a do “leão” do imposto de renda, a tão repetida expressão “carga tributária”, entre outras. Essa “demonização” do fisco em muito se justifica por uma deslegitimação do Estado brasileiro como um todo e, na seara tributária, especialmente por não sentir retorno a população em relação ao quanto é onerada. Frise-se, porém, que essa imagem negativa é, às vezes, patrocinada por quem ideologicamente julga desnecessária uma tributação nas proporções em que o Estado brasileiro vem aplicando.

Nesse cenário, percebe-se, com linhas mais nítidas, um fenômeno que acompanha toda a história tributária do homem: o da oposição social aos tributos, entendida aqui não como uma predisposição “natural”, “inata” dos contribuintes, mas como todo desvio que afasta o contribuinte do cumprimento de uma obrigação tributária, não sendo naturais as causas que o levam a resistir. O contribuinte resiste diante da cobrança de uma tributação ilícita; diante da cobrança ou da instituição de um tributo por um governo ou legislador ilegítimo; diante da possibilidade de se praticar uma conduta tributária menos onerosa, tendo o contribuinte a liberdade e o direito de resistir à tributação mais severa; e, no caso dos crimes contra a ordem tributária, quando apenas há a vontade livre e consciente de cometer o crime.

A resistência fiscal, assim, tem um conteúdo que ora se distancia dos conceitos clássicos de direito de resistência (objeção de consciência, desobediência civil, greve política, direito de revolta, entre outros), ora se aproxima desses mesmos conceitos. É quando se veem na literatura, especialmente na estrangeira, expressões como “direito de resistência fiscal”, “objeção fiscal”, “desobediência fiscal”, “greve fiscal”, “revolta fiscal”, “rebelião fiscal”. Entre outras, tais expressões relacionam-se com os conceitos de “direito de resistência” e de “resistência fiscal”, tomados como dois gêneros em que algumas espécies coincidem, mas que também possuem pontos incomunicáveis.

Com efeito, dado que seja gênero de múltiplas espécies, podem ser elencadas como modalidades de resistência fiscal: a) a resistência à cobrança de tributos ilícitos/inconstitucionais, que tem total amparo no princípio constitucional da legalidade tributária, tendo os contribuintes direito de resistir a essa tributação ilegal/inconstitucional; b) a resistência à cobrança ou à instituição de tributos que, mesmo amparados na lei e na Constituição Federal de 1988, são, porém, rechaçados pela sociedade, considerados ilegítimos pela população, ou rechaçados por camada social que se veja prejudicada com sua instituição; c) o crime tributário, que não passa de uma ofensa deliberada à lei; e d) a resistência lícita, na qual se opta por alternativa legal menos onerosa ou pela abstenção de conduta tributável.

A história mostrou que a resistência fiscal, por mais que pareça natural e inevitável a toda realidade tributária, teve proporções menores em regimes considerados mais democráticos, uma vez que os abusos e o arbítrio das autoridades foram, em muitas sociedades, as principais causas para a recusa ao pagamento dos tributos. Verifica-se, assim, uma razão inversamente proporcional entre o *quantum* democrático de um regime político e a resistência social aos tributos por ele instituídos. Assim, a democracia participativa, em superação aos modelos clássicos e insuficientes da representação ou do exercício semidireto do poder, aponta para uma “relegitimação” do Estado fiscal, na qual a sociedade passa a tomar parte de espaços de decisões políticas.

A sociedade contribuinte deve-se preocupar, portanto, no caminho a ser trilhado em direção a uma educação (para a cidadania) fiscal, não apenas com a “carga tributária”, mas com o destino das arrecadações e com os gastos públicos. Nesse sentido, já existem alguns avanços, como o da Lei n.º 12.741/2012, que obrigou, como direito básico dos consumidores, informarem-se os tributos incidentes e repassados no preço dos produtos, e os programas de educação fiscal ligados aos órgãos fiscais da União, dos estados e das capitais. Muito ainda, porém, estão alheios os cidadãos acerca do que o Estado arrecada

e, mais ainda, de como gastam os governantes tais recursos, o que pode aumentar os índices de resistência fiscal na sociedade brasileira.

<R> Isaac Rodrigues Cunha. **Resistência fiscal, democracia e educação tributária**: fundamentos para uma fiscalidade democrático-participativa por meio de uma “pedagogia fiscal”. Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Direito, Programa de Pós-Graduação em Direito, Fortaleza, 2017 (com adaptações).

Questão 1

Entende-se da leitura do texto CB1A1 que a “resistência fiscal” é

- A fenômeno inexistente no Brasil.
- B fonte de insatisfação dos cidadãos.
- C movimento verificável em diversas sociedades ao longo da história.
- D consequência de políticas públicas que promovem justiça social.

JUSTIFICATIVAS

A - Errado. O texto afirma que o fenômeno referido existe no Brasil.* /

B - Errado. De acordo com o texto, a “resistência fiscal” é consequência e não fonte de insatisfação dos cidadãos.* /

C - CERTO. De acordo com o texto, “a resistência fiscal” é “um fenômeno que acompanha toda a história tributária do homem” (2.º parágrafo do texto).* /

D - Errado. O texto não elenca as políticas públicas que promovem justiça social como causas da “resistência fiscal”.* /

Questão 2

Conforme se depreende da leitura do terceiro parágrafo do texto CB1A1, as expressões “resistência fiscal” e “direito de resistência” são, do ponto de vista conceitual,

- A antitéticas.
- B complementares.
- C totalmente equivalentes.
- D pontualmente inter-relacionadas.

JUSTIFICATIVAS

A - Errado. Os conceitos referidos no item não são antitéticos. Textualmente o texto afirma: “tais expressões relacionam-se com os conceitos de ‘direito de resistência’ e de ‘resistência fiscal’, tomados como dois gêneros em que algumas espécies coincidem, mas que também possuem pontos incomunicáveis”.* /

B - Errado. Os conceitos referidos no item não são complementares. Textualmente o texto afirma: “tais expressões relacionam-se com os conceitos de ‘direito de resistência’ e de ‘resistência fiscal’, tomados como dois gêneros em que algumas espécies coincidem, mas que também possuem pontos incomunicáveis”.* /

C - Errado. Os conceitos referidos no item não são totalmente equivalentes. Textualmente o texto afirma: “tais expressões relacionam-se com os conceitos de ‘direito de resistência’ e de ‘resistência fiscal’, tomados como dois gêneros em que algumas espécies coincidem, mas que também possuem pontos incomunicáveis”.* /

D - CERTO. Os conceitos referidos no item são pontualmente inter-relacionados. Textualmente o texto afirma: “tais expressões relacionam-se com os conceitos de ‘direito de resistência’ e de ‘resistência fiscal’, tomados como dois gêneros em que algumas espécies coincidem, mas que também possuem pontos incomunicáveis”.* /

Questão 3

No que se refere à democracia e à relação dos contribuintes com os tributos, é correto afirmar, de acordo com o texto CB1A1, que

- Ⓐ programas de informação, conscientização e educação fiscal ainda não são explorados no Brasil.
- Ⓑ a resistência fiscal recrudescer em regimes não democráticos.
- Ⓒ a educação fiscal é um fator de disseminação da resistência fiscal.
- Ⓓ os regimes democráticos geram os mais significativos índices de resistência fiscal.

JUSTIFICATIVAS

A - Errado. No último parágrafo do texto são mencionados exemplos de programas e ações de formação e de informação.*/
 B - CERTO. De acordo com o 5.º parágrafo do texto: “A história mostrou que a resistência fiscal, por mais que pareça natural e inevitável a toda realidade tributária, teve proporções menores em regimes considerados mais democráticos, uma vez que os abusos e o arbítrio das autoridades foram, em muitas sociedades, as principais causas para a recusa ao pagamento dos tributos.”*/
 C - Errado. De acordo com o último parágrafo do texto, a educação fiscal ajuda a baixar os índices de resistência fiscal.*/
 D - Errado. De acordo com o 5.º parágrafo do texto, “A história mostrou que a resistência fiscal, por mais que pareça natural e inevitável a toda realidade tributária, teve proporções menores em regimes considerados mais democráticos, uma vez que os abusos e o arbítrio das autoridades foram, em muitas sociedades, as principais causas para a recusa ao pagamento dos tributos.”*/

Questão 4

Quanto à tipologia e aos gêneros textuais, o texto CB1A1 classifica-se como

- Ⓐ narrativo, dado o conjunto de fatos nele relatados.
- Ⓑ descritivo, pelo volume de dados apresentados.
- Ⓒ dissertativo-argumentativo, pela exposição de ideias do autor e de outrem.
- Ⓓ jornalístico, dada a programática omissão, pelo autor, de opinião acerca do assunto tratado.

JUSTIFICATIVAS

A - Errado. O texto não pode ser classificado como narrativo por não apresentar os elementos típicos desta tipologia, tal como a figuratividade e os elementos da narrativa: tempo, espaço, personagens, narrador e enredo.*/
 B - Errado. O texto não pode ser considerado descritivo, uma vez que não trabalha com a especificação figurativa e não possui progressão narrativa espacial.*/
 C - CERTO. O texto é caracterizado pela exposição de ideias, informações e argumentos, configurando-se como um texto temático com caracteres dissertativos e argumentativos.*/
 D - Errado. A questão menciona tipologia textual e o item menciona um gênero textual, o texto jornalístico, que, de qualquer modo, não é o caso específico do texto apresentado como base para a questão.*/

Questão 5

No segundo período do quinto parágrafo do texto CB1A1, o termo *quantum* classifica-se gramaticalmente como

- Ⓐ adjetivo, empregado com valor semântico valorativo.
- Ⓑ substantivo, empregado com sentido quantitativo.
- Ⓒ pronome, empregado com valor semântico de intensidade.
- Ⓓ advérbio, empregado com sentido de proporcionalidade.

JUSTIFICATIVAS

A - Errado. O termo *quantum* possui as seguintes acepções plausíveis para o contexto apresentado:
 “n substantivo masculino
 1 a maior proporção; quantidade
 2 Rubrica: termo jurídico.
 quantia ou quantidade determinada”*/
 B - CERTO. O termo *quantum* possui as seguintes acepções plausíveis para o contexto apresentado:
 “n substantivo masculino

1 a maior proporção; quantidade
 2 Rubrica: termo jurídico.
 quantia ou quantidade determinada”*/
 C - Errado. O termo *quantum* possui as seguintes acepções plausíveis para o contexto apresentado:
 “n substantivo masculino
 1 a maior proporção; quantidade
 2 Rubrica: termo jurídico.
 quantia ou quantidade determinada”*/
 D - Errado. O termo *quantum* possui as seguintes acepções plausíveis para o contexto apresentado:
 “n substantivo masculino
 1 a maior proporção; quantidade
 2 Rubrica: termo jurídico.
 quantia ou quantidade determinada”*/

Questão 6

No início do segundo parágrafo do texto CB1A1, a expressão “Nesse cenário” retoma o seguinte núcleo semântico, presente no parágrafo anterior.

- Ⓐ “Estado fiscal”
- Ⓑ “‘leão’ do imposto de renda”
- Ⓒ “‘carga tributária’”
- Ⓓ “discurso de negatização da atividade fiscal”

JUSTIFICATIVAS

A - Errado. O núcleo semântico que melhor preenche o sentido de “Nesse cenário” é “discurso de negatização da atividade Fiscal”. O termo “Estado fiscal” representaria apenas um elemento que compõe o cenário global.*/
 B - Errado. O núcleo semântico que melhor preenche o sentido de “Nesse cenário” é “discurso de negatização da atividade Fiscal”. O termo “‘Leão’ do imposto de renda” representaria apenas um elemento que compõe o cenário global.*/
 C - Errado. O núcleo semântico que melhor preenche o sentido de “Nesse cenário” é “discurso de negatização da atividade Fiscal”. O termo “A expressão ‘carga tributária’” representaria apenas um elemento que compõe o cenário global.*/
 D - CERTO. O núcleo semântico que melhor preenche o sentido de “Nesse cenário” é “discurso de negatização da atividade Fiscal”, pela capacidade que tem de resumir o panorama retomado no termo em questão.*/

Questão 7

No primeiro período do quinto parágrafo do texto CB1A1, a expressão “por mais que” introduz oração que expressa circunstância de

- Ⓐ causa.
- Ⓑ concessão.
- Ⓒ consequência.
- Ⓓ proporcionalidade.

JUSTIFICATIVAS

A - Errado. A conjunção em questão é subordinativa adverbial concessiva, porque introduz uma oração que expressa uma ideia contrária à da principal, sem impedir sua realização. Dessa forma, é incorreto dizer que a relação em que ela está envolvida é causal.*/
 B - CERTO. A conjunção em questão é subordinativa adverbial concessiva, porque introduz uma oração que expressa uma ideia contrária à da principal, sem impedir sua realização.*/
 C - Errado. A conjunção em questão é subordinativa adverbial concessiva, porque introduz uma oração que expressa uma ideia contrária à da principal, sem impedir sua realização. Dessa forma, é incorreto dizer que a relação em que ela está envolvida é de consequência.*/
 D - Errado. A conjunção em questão é subordinativa adverbial concessiva, porque introduz uma oração que expressa uma ideia contrária à da principal, sem impedir sua realização. Dessa

forma, é incorreto dizer que a relação em que ela está envolvida é proporcional.*

Questão 8

Estariam mantidos os sentidos do texto CB1A1 caso a expressão “Com efeito” (quarto parágrafo) fosse substituída por

- A De fato.
- B Outrossim.
- C Desse modo.
- D Além do mais.

JUSTIFICATIVAS

A - CERTO. A expressão “com efeito” é uma locução adverbial que significa “De maneira efetiva”; “na verdade”, “na realidade”; “de fato”; “efetivamente”.*

B - Errado. A expressão “com efeito” é uma locução adverbial que significa “De maneira efetiva”; “na verdade”, “na realidade”; “de fato”; “efetivamente”. Não cabe, pois, a sua substituição por “outrossim”, que tem valor aditivo.*

C - Errado. A expressão “com efeito” é uma locução adverbial que significa “De maneira efetiva”; “na verdade”, “na realidade”; “de fato”; “efetivamente”. Não cabe, pois, a sua substituição por “Desse modo”, que tem valor conclusivo.*

D - Errado. A expressão “com efeito” é uma locução adverbial que significa “De maneira efetiva”; “na verdade”, “na realidade”; “de fato”; “efetivamente”. Não cabe, pois, a sua substituição por “além do mais”, que tem valor aditivo.*

Questão 9

No último período do texto CB1A1, o emprego das vírgulas em “Muito ainda, porém, estão alheios os cidadãos acerca do que o Estado arrecada” justifica-se

- A por separar sujeito e predicado.
- B pela presença de conjunção adversativa deslocada.
- C pelo destaque estilístico da opinião do autor.
- D pelo destaque estilístico de expressão conclusiva.

JUSTIFICATIVAS

A - Errado. Não se admite o uso da vírgula para a separação de sujeito e predicado.*

B - CERTO. A conjunção adversativa, quando deslocada, deve ser isolada por vírgula.*

C - Errado. O caso em questão não se refere a uso estilístico da vírgula, mas a emprego obrigatório, em virtude da presença de conjunção adversativa deslocada.*

D - Errado. O caso em questão não se refere a uso estilístico da vírgula, mas a emprego obrigatório, em virtude da presença de conjunção adversativa deslocada.*

Questão 10

Estariam mantidos os sentidos e a correção gramatical do texto CB1A1 caso se substituisse o segmento “na qual a” (último período do quinto parágrafo) por

- A à qual a
- B a qual a
- C em que a
- D em cuja a

JUSTIFICATIVAS

A - Errado. A expressão “tomar parte”, que tem o sentido de “intervir”, “participar”, exige a preposição “em”. Portanto não cabe a substituição pela preposição “a”.*

B - Errado. A expressão “tomar parte”, que tem o sentido de “intervir”, “participar”, exige a preposição “em”. Portanto não cabe a substituição sem o emprego da referida preposição.*

C - CERTO. A expressão “tomar parte”, que tem o sentido de “intervir”, “participar”, exige a preposição “em”.*

D - ERRADO. A expressão “tomar parte”, que tem o sentido de “intervir”, “participar”, exige a preposição “em”. Portanto não

cabe a substituição pela preposição com o uso do pronome relativo “cujo” seguido de pronome pessoal.*

Questão 11

No 4.º parágrafo do texto CB1A1, o vocábulo “que” empregado nos segmentos identificados por “a)”, “b)” e “c)” apresentam, em todas as ocorrências, a mesma função sintática de introdução a oração

- A coordenada explicativa.
- B subordinada adverbial consecutiva.
- C subordinada substantiva.
- D subordinada adjetiva.

JUSTIFICATIVAS

A - Errado. Todas as ocorrências do “que” no trecho em questão são classificadas como ocorrência de pronome relativo, apresentando, portanto, função de ligação com termos anteriores.*

B - Errado. Todas as ocorrências do “que” no trecho em questão são classificadas como ocorrência de pronome relativo, apresentando, portanto, função de ligação com termos anteriores.*

C - Errado. Todas as ocorrências do “que” no trecho em questão são classificadas como ocorrência de pronome relativo, apresentando, portanto, função de ligação com termos anteriores.*

D - CERTO. Todas as ocorrências do “que” no trecho em questão são classificadas como ocorrência de pronome relativo, apresentando, portanto, função de ligação com termos anteriores.*

Questão 12

Considerando-se o fenômeno da concordância com termo antecedente, é correto afirmar que o vocábulo “o”, no trecho “que o levam a resistir”, no primeiro período do segundo parágrafo do texto CB1A1, refere-se a

- A “desvio”.
- B “cumprimento”.
- C “contribuinte”.
- D “todo desvio que afasta o contribuinte”.

JUSTIFICATIVAS

A - Errado. O pronome pessoal do caso oblíquo “o”, no contexto em questão, refere-se a “contribuinte”.*

B - Errado. O pronome pessoal do caso oblíquo “o”, no contexto em questão, refere-se a “contribuinte”.*

C - CERTO. O pronome pessoal do caso oblíquo “o”, no contexto em questão, refere-se a “contribuinte”.*

D - Errado. O pronome pessoal do caso oblíquo “o”, no contexto em questão, refere-se a “contribuinte”.*

Text CB1A2-I

The quest for universal administrative standards to promote the effective application of public laws and policies gave birth to the field of public administration. Woodrow Wilson argued for a distinction between politics and administration, arguing that the former was more concerned with democracy, justice, and equality, while the latter was more concerned with efficiency, as he postulated that “administration lies beyond the proper domain of politics; administrative questions are not political questions” (Wilson, 1887).

According to Waldo (1948), the means and measurements of efficiency were the same for all administrations: democracy, if it were to survive, could not afford to ignore the lessons of centralization, hierarchy and discipline. Bureaucracy as an organisational type has seen its heyday in the field of public administration, owing to Woodrow Wilson’s Transfer of Administrative Principles.

That notwithstanding, the field has gone through paradigmatic evolution over time by a quest for management paradigm derived from the discipline of business administration. The management approach is said to hold the promise of future public sector reform, replacing the administrative approach traditionally provided by public administration. A new concept arises when the management perspective is combined with an emphasis on the public sector: public management.

Courses and programmes, as well as whole academic institutions and colleges, are adapting by switching from the term “public administration” to “public management”. Considering the growing demands for efficiency in the public sector, the transition from a public administration to a public management framework seems to be the right step.

<R>M.O. Obimpeh and J.A. Dankwa. **Public administration – public management interface:** how different is the “management” from the “administration”? Internet: <www.rsinternational.org > (adapted).

Questão 13

According to text CB1A2-I, choose the option that refers correctly to Woodrow Wilson’s ideas concerning administration.

- Ⓐ Public administration is an attempt to standardize laws.
- Ⓑ Wilson attributed the birth of public administration to a concern for patterns in administrative practices.
- Ⓒ The distinction between politics and administration are their different approaches on efficiency.
- Ⓓ Wilson theorized that issues related to administration are not political issues.

JUSTIFICATIVAS

A – Errado. O texto menciona, em suas primeiras linhas, uma busca por padrões administrativos universais para promover a aplicação efetiva de leis e políticas, mas não trata da padronização de leis e não afirma que Woodrow Wilson tenha feito tal declaração.*

B – Errado. Apesar de o texto mencionar a origem da administração, em momento algum, ele expõe a opinião de Wilson sobre esse assunto específico.*

C – Errado. No texto, lemos que, segundo Wilson, a distinção entre política e administração é que a primeira se preocupa com democracia, justiça e igualdade, enquanto a segunda trata de eficiência. Ele não se refere a diferentes abordagens para o conceito de “eficiência”.*

D – CERTO. A citação direta de Wilson, no texto, nos mostra que ele localizava a administração para além do domínio da política e que questões (*issues* é sinônimo de *questions*) administrativas não são políticas: “administration lies beyond the proper domain of politics; administrative questions are not political questions”.*

Questão 14

Choose the option that is correct considering text CB1A2-I.

- Ⓐ Preservation of democracy depends on the acknowledgement of the teachings of centralization, hierarchy and discipline.
- Ⓑ The terms administrative and management are used to refer to complementary approaches in the public sector.
- Ⓒ Woodrow Wilson’s principles established less bureaucratic practices in public administration.
- Ⓓ There seems to be resistance from educational institutions in adopting the new concept to define this area of study.

JUSTIFICATIVAS

A – CERTO. No texto, lemos “democracy, if it were to survive, could not afford to ignore the lessons of centralization, hierarchy and discipline.” [democracia, para que sobreviva, não pode se permitir ignorar as lições da centralização, hierarquia e disciplina.]*

B – Errado. O texto nos explica que o termo “management” vem da área de administração empresarial e que seu uso no setor

público representa uma mudança de paradigma e o surgimento de um novo conceito: “public management”. Logo, não podem ser consideradas abordagens complementares, já que uma vai, provavelmente, substituir a outra: “The management approach is said to hold the promise of future public sector reform, **replacing** the administrative approach traditionally provided by public administration.”*/

C – Errado. Ao contrário do que afirma o item, os princípios administrativos de W. Wilson levaram a burocracia ao seu “auge” (*heyday*): “Bureaucracy as an organisational type has seen its heyday in the field of public administration, owing to Woodrow Wilson’s Transfer of Administrative Principles.”*/

D – Errado. Ao contrário do que afirma o item, não há resistência por parte das instituições educacionais em se adaptar e adotar o novo conceito: “Courses and programmes, as well as whole academic institutions and colleges, are adapting by switching from the term ‘public administration’ to ‘public management’.”*/

Questão 15

In text CB1A2-I, the word “quest”, which appears in the first and in the third paragraphs, is synonymous with

- Ⓐ work.
- Ⓑ control.
- Ⓒ necessity.
- Ⓓ pursuit.

JUSTIFICATIVAS

A – Errado. O substantivo “quest” significa “busca”; “work”, por sua vez, é “trabalho”.*

B – Errado. O substantivo “quest” significa “busca”; “control”, por sua vez, é “controle”.*

C – Errado. O substantivo “quest” significa “busca”; “necessity”, por sua vez, é “necessidade”.*

D – CERTO. O substantivo “quest” significa “busca” (Cambridge Dictionary), logo, “pursuit”, que tem o mesmo significado, é um sinônimo adequado (Thesaurus.com).*

Questão 16

In the second paragraph of text CB1A2-I, the determiner “its” refers to

- Ⓐ “type”.
- Ⓑ “Bureaucracy”.
- Ⓒ “hierarchy”.
- Ⓓ “field”.

JUSTIFICATIVAS

A – Errado. O pronome possessivo “its” está se referindo ao substantivo “Bureaucracy”, no início do período.*

B – CERTO. O pronome possessivo “its” está se referindo ao substantivo “Bureaucracy”, no início do período: “Bureaucracy as an organisational type has seen its heyday (...).” [A burocracia como um tipo organizacional viu seu auge (...).]*

C – Errado. O pronome possessivo “its” está se referindo ao substantivo “Bureaucracy”, no início do período.*

D – Errado. O pronome possessivo “its” está se referindo ao substantivo “Bureaucracy”, no início do período.*

Questão 17

In text CB1A2-I the word “promote”, in the first paragraph, means the same as

- Ⓐ contribute.
- Ⓑ announce.
- Ⓒ foster.
- Ⓓ distribute.

JUSTIFICATIVAS

A – Errado. “Promote” significa “promover”, enquanto “contribute” significa “contribuir”. Logo, tal substituição não é viável, considerando o contexto de uso da palavra no texto.*

B – Errado. “Promote” significa “promover”, enquanto “announce” significa “anunciar”. Logo, tal substituição não é viável, considerando o contexto de uso da palavra no texto.*/

C – CERTO. “Promote” significa “promover”, e “foster” significa “fomentar”. Considerando o contexto de uso de “promote” no texto, que é permitir ou ajudar para que algo aconteça, “foster” seria um sinônimo adequado para a substituição.*/

D – Errado. “Promote” significa “promover”, enquanto “distribute” significa “distribuir”. Logo, tal substituição não é viável, considerando o contexto de uso da palavra no texto.*/

Text CB1A2-II

There’s one fact that seems to stand out for anyone who has read Rama Gheerawo’s 2022 book, **Creative leadership: born from design**. It likely sticks with people because it seems so absurd as to border on very bleak comedy, but also because it reveals a fundamental truth about how unnervingly simple us humans can be.

In the very first chapter of the book, we learn that a study of Fortune 500 companies showed that (in America), something as arbitrary as height can be the key to the C-suite: 4% of adult men in the general US population are 6’2” or taller, but 30% in the CEO sample reached those heights. It feels pathetically caveman-like that even now, in the 21st century, we implicitly place power in the hands of those who are taller than us — or that those taller than us have a natural propensity to get that power for themselves.

For Gheerawo, issues around leadership really came to a head around 15 years ago, he says, when he found himself “really disillusioned” with the constant and innumerable ways the world excluded certain groups of people, and how much of that could be solved if there was far more willingness from decision-makers to involve design early on as a key tool for problem-solving.

<R>Emily Gosling. **Why the world needs a new type of leader**.
Internet: <www.creativereview.co.uk> (adapted).

Questão 18

Choose the correct option regarding the content of the book **Creative leadership: born from design**, by Rama Gheerawo, as it is presented in text CB1A2-II.

- Ⓐ It is a comedy about powerful people in US companies.
- Ⓑ Its first chapter discusses the caveman-like behavior of those people who reach powerful positions.
- Ⓒ It criticizes the ideas revolving around creative leadership.
- Ⓓ The problem of exclusion from leadership could be solved using design in early stages.

JUSTIFICATIVAS

A – Errado. Apesar de o adjetivo “comedy” ser usado para se referir ao livro, ele é um ensaio analítico, não uma obra ficcional, como fica claro ao longo do texto.*/

B – Errado. O adjetivo “caveman-like” é utilizado, no texto, para se referir à tendência humana de confiar o poder a certos grupos específicos, como os mais altos. A expressão é usada em contraposição à indicação de que estamos no século XXI, para demarcar o quão antiga é tal tendência. O texto não cega a falar de “comportamento de homens das cavernas que tomam o poder” como afirma o item.*/

C – Errado. Como afirma o texto, Rama Gheerawo trabalha com projetos que tratam de liderança criativa e seu livro trata dessas ideias, mas não de forma negativa (to criticize: “to express disapproval of someone or something”. Cambridge Dictionary).*/

D – CERTO. O último parágrafo nos explica que Gheerawo se desiludiu com a exclusão constante de certos grupos de pessoas dos cargos de liderança e com quanto disso poderia ser resolvido se houvesse muito mais disposição dos tomadores de decisão para envolver o *design* desde o início como uma ferramenta-chave para a solução de problemas – “how much of that could be solved if there was far more willingness from decisionmakers to involve design early on as a key tool for problemsolving.”*/

Questão 19

In the first paragraph of text CB1A2-II, the adjective “bleak” is synonymous with

- Ⓐ heartbreaking.
- Ⓑ light.
- Ⓒ brilliant.
- Ⓓ alternative.

JUSTIFICATIVAS

A – CERTO. O adjetivo “bleak” é usado para se referir a algo triste, sombrio, desolador. Assim, “heartbreaking” estabelece a mesma qualificação para o adjetivo “comedy” (Cambridge Dictionary).*/

B – Errado. “light” significa “leve”, logo, não condiz com o sentido de “bleak”, que é “desolador”.*/

C – Errado. “brilliant” significa “genial”, logo, não condiz com o sentido de “bleak”, que é “desolador”.*/

D – Errado. “alternative” significa “alternativa”, logo, não condiz com o sentido de “bleak”, que é “desolador”.*/

Questão 20

Considering the research presented in the second paragraph of text CB1A2-II, choose the correct option.

- Ⓐ CEOs are shorter than the general population of tall men in the US.
- Ⓑ 70% of the CEOs are shorter than 6’2”.
- Ⓒ The proportion of tall men is the same in both groups: the CEOs and the general population.
- Ⓓ 4% of men in the general population are taller than 6’2”.

JUSTIFICATIVAS

A – Errado. O item afirma que os chefes executivos das empresas mencionadas não são tão altos quanto os homens em geral da população dos Estados Unidos, enquanto o texto explica que a pesquisa mostrou que há, proporcionalmente, mais homens altos como chefes executivos do que na população em geral.*/

B – CERTO. O texto afirma que “4% of adult men in the general US population are 6’2” or taller, but 30% in the CEO sample reached those heights” [4% dos homens adultos, na população dos EUA, têm 6’2” (1,88 m) ou mais, mas 30% na amostra de CEOs atingiram essas alturas]. Se 30% dos chefes executivos da amostra têm mais que 1,88 m, logo, 70% deles são mais baixos que isso.*/

C – Errado. O item afirma que a pesquisa encontrou a mesma proporção de homens altos como chefes executivos e que na população em geral. O texto não corrobora essa afirmação já que essa diferença é de 30% para 4%.*/

D – Errado. O item afirma que a proporção de homens com mais de 1,88 m (6’2”) na população estadunidense em geral é de 4%. Apesar de o valor numérico estar correto, o que o texto afirma é que 4% é a proporção de homens que tem exatamente essa altura ou mais. Se o texto fosse nos dizer a proporção de homens que são mais altos que isso, o valor seria ainda menor.*/

Questão 21

Julgue os próximos itens, acerca da eficácia de normas contidas na Constituição Federal de 1988 (CF).

- I O dispositivo constitucional que veda a cassação de direitos políticos é norma de eficácia plena.

- II O dispositivo constitucional que veda a utilização de organização paramilitar pelos partidos políticos é norma de eficácia limitada.
- III É de eficácia contida a norma constitucional que determina que ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa fixada em lei.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
B Apenas o item II está certo.
C Apenas os itens I e III estão certos.
D Apenas os itens II e III estão certos.

JUSTIFICATIVAS

A - ERRADA. O item I está certo, porque a vedação à cassação dos direitos políticos, estabelecida no *caput* do art. 15 da CF, é norma de eficácia plena. Mas também está certo o item III, pois o inciso VIII do art. 5.º da CF é norma de eficácia contida.*

B - ERRADA. O item II está errado, porque o § 4.º do art. 17 da CF, o qual veda a utilização de organização paramilitar pelos partidos políticos, é norma de eficácia plena.*

C - CORRETA. O item I está certo, porque a vedação à cassação dos direitos políticos, estabelecida no *caput* do art. 15 da CF, é norma de eficácia plena. O item II está errado, porque o § 4.º do art. 17 da CF, o qual veda a utilização de organização paramilitar pelos partidos políticos, é norma de eficácia plena. O item III está certo, porque o inciso VIII do art. 5.º da CF é norma de eficácia contida. Portanto, somente os itens I e III estão certos.*

D - ERRADA. O item II está errado, porque o § 4.º do art. 17 da CF, o qual veda a utilização de organização paramilitar pelos partidos políticos, é norma de eficácia plena.*

Questão 22

Os tribunais de contas podem julgar a legalidade dos atos de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão. Nesse contexto, o prazo para o julgamento é

- A** imprescritível apenas nos casos de pensão e reforma.
B prescritível apenas nos casos de aposentadoria e pensão.
C imprescritível apenas nos casos de reforma e aposentadoria.
D prescritível nos casos de aposentadoria, reforma e pensão.

JUSTIFICATIVAS

A - ERRADA. Há o prazo quinquenal para julgamento da concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão. Segundo o STF (RE 636.553, rel. min. Gilmar Mendes, julgamento em 19/2/2020, DJe de 26/5/2020, Tema 445), em atenção aos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, os tribunais de contas estão sujeitos ao prazo de cinco anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, a contar da chegada do processo à respectiva corte de contas.*

B - ERRADA. Há o prazo quinquenal para julgamento da concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão. Segundo o STF (RE 636.553, rel. min. Gilmar Mendes, julgamento em 19/2/2020, DJe de 26/5/2020, Tema 445), em atenção aos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, os tribunais de contas estão sujeitos ao prazo de cinco anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, a contar da chegada do processo à respectiva corte de contas.*

C - ERRADA. Há o prazo quinquenal para julgamento da concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão. Segundo o STF (RE 636.553, rel. min. Gilmar Mendes, julgamento em 19/2/2020, DJe de 26/5/2020, Tema 445), em atenção aos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, os tribunais de contas estão sujeitos ao prazo de cinco anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de

aposentadoria, reforma ou pensão, a contar da chegada do processo à respectiva corte de contas.*

D - CORRETA. Há o prazo quinquenal para julgamento da concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão. Segundo o STF (RE 636.553, rel. min. Gilmar Mendes, julgamento em 19/2/2020, DJe de 26/5/2020, Tema 445), em atenção aos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, os tribunais de contas estão sujeitos ao prazo de cinco anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, a contar da chegada do processo à respectiva corte de contas.*

Questão 23

De acordo com a CF, a prestação de serviços públicos incumbe ao poder público, que poderá fazê-la diretamente ou mediante licitação, sob regime de

- A** autorização ou permissão.
B concessão ou autorização.
C permissão ou concessão.
D autorização, concessão ou permissão.

JUSTIFICATIVAS

A - ERRADA. Somente a concessão e a permissão são realizadas por licitação. A autorização não depende de licitação.*

B - ERRADA. Somente a concessão e a permissão são realizadas por licitação. A autorização não depende de licitação.*

C - CORRETA. Constituição Federal de 1988: Art. 175. Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.*

D - ERRADA. Somente a concessão e a permissão são realizadas por licitação. A autorização não depende de licitação.*

Questão 24

Os princípios gerais da atividade econômica que estão previstos no artigo 170 da CF e que são corolários de direitos individuais fundamentais previstos no artigo 5.º da CF são os princípios da

- A** soberania nacional e da propriedade privada.
B função social da propriedade e da busca do pleno emprego.
C busca do pleno emprego e da soberania nacional.
D propriedade privada e da função social da propriedade.

JUSTIFICATIVAS

A - ERRADA. Os princípios gerais da atividade econômica que são corolários de direitos individuais fundamentais previstos no artigo 5.º da CF são o da propriedade privada (art. 5.º, XXII, XXIV, XXV, XXVI) e o da função social da propriedade (art. 5.º, XXIII).*

B - ERRADA. Os princípios gerais da atividade econômica que são corolários de direitos individuais fundamentais previstos no artigo 5.º da CF são o da propriedade privada (art. 5.º, XXII, XXIV, XXV, XXVI) e o da função social da propriedade (art. 5.º, XXIII).*

C - ERRADA. Os princípios gerais da atividade econômica que são corolários de direitos individuais fundamentais previstos no artigo 5.º da CF são o da propriedade privada (art. 5.º, XXII, XXIV, XXV, XXVI) e o da função social da propriedade (art. 5.º, XXIII).*

D - CORRETA. Os princípios gerais da atividade econômica que são corolários de direitos individuais fundamentais previstos no artigo 5.º da CF são o da propriedade privada (art. 5.º, XXII, XXIV, XXV, XXVI) e o da função social da propriedade (art. 5.º, XXIII).*

Questão 25

Com base na CF, assinale a opção que apresenta o órgão ao qual cabe processar e julgar, originariamente, ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.

- A** Superior Tribunal de Justiça

- B Congresso Nacional
- C Supremo Tribunal Federal
- D Senado Federal

JUSTIFICATIVAS

A - ERRADA. CF: Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: I – processar e julgar, originariamente: a) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal;*/

B - ERRADA. CF: Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: I – processar e julgar, originariamente: a) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal;*/

C - CORRETA. CF: Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: I – processar e julgar, originariamente: a) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal;*/

D - ERRADA. CF: Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: I – processar e julgar, originariamente: a) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal;*/

Questão 26

A ação declaratória de constitucionalidade pode ser classificada como uma modalidade de controle de constitucionalidade

- A preventivo, difuso e por via incidental.
- B repressivo, concentrado e por via principal.
- C preventivo, concentrado e por via principal.
- D repressivo, difuso e por via incidental.

JUSTIFICATIVAS

A - ERRADA. A ação declaratória de constitucionalidade é uma modalidade de controle de constitucionalidade repressivo, concentrado e por via principal.*/

B - CORRETA. A ação declaratória de constitucionalidade é uma modalidade de controle de constitucionalidade repressivo, concentrado e por via principal.*/

C - ERRADA. A ação declaratória de constitucionalidade é uma modalidade de controle de constitucionalidade repressivo, concentrado e por via principal.*/

D - ERRADA. A ação declaratória de constitucionalidade é uma modalidade de controle de constitucionalidade repressivo, concentrado e por via principal.*/

Questão 27

Em se tratando de omissão do poder público, a ação de descumprimento de preceito fundamental é

- A incabível, se o objeto for omissão não normativa, ainda que se afigure lesiva a preceito fundamental.
- B incabível, se o objeto for omissão normativa parcial, ainda que se afigure lesiva a preceito fundamental.
- C cabível, se o objeto for omissão normativa, ainda que não se afigure lesiva a preceito fundamental.
- D cabível, se o objeto for omissão não normativa que se afigure lesiva a preceito fundamental.

JUSTIFICATIVAS

A - ERRADA. A ADPF pode ter por objeto as omissões do poder público, sejam elas totais ou parciais, normativas ou não normativas, nas mesmas circunstâncias em que ela é cabível contra os atos em geral do poder público, desde que essas

omissões se afigurem lesivas a preceito fundamental, a ponto de obstar a efetividade de norma constitucional que o consagra.*/

B - ERRADA. A ADPF pode ter por objeto as omissões do poder público, sejam elas totais ou parciais, normativas ou não normativas, nas mesmas circunstâncias em que ela é cabível contra os atos em geral do poder público, desde que essas omissões se afigurem lesivas a preceito fundamental, a ponto de obstar a efetividade de norma constitucional que o consagra.*/

C - ERRADA. A ADPF pode ter por objeto as omissões do poder público, sejam elas totais ou parciais, normativas ou não normativas, nas mesmas circunstâncias em que ela é cabível contra os atos em geral do poder público, desde que essas omissões se afigurem lesivas a preceito fundamental, a ponto de obstar a efetividade de norma constitucional que o consagra.*/

D - CORRETA. A ADPF pode ter por objeto as omissões do poder público, sejam elas totais ou parciais, normativas ou não normativas, nas mesmas circunstâncias em que ela é cabível contra os atos em geral do poder público, desde que essas omissões se afigurem lesivas a preceito fundamental, a ponto de obstar a efetividade de norma constitucional que o consagra.*/

Questão 28

Em uma ação de descumprimento de preceito fundamental ajuizada perante o Supremo Tribunal Federal (STF), se houver proposta de acordo, este

- A poderá ser celebrado, por se tratar de um processo de índole subjetiva, cabendo ao STF chancelar a tese jurídica defendida pelas partes no processo.
- B poderá ser celebrado, por se tratar de um processo de índole objetiva, cabendo ao STF apenas homologar as disposições que forem combinadas.
- C não poderá ser celebrado, por se tratar de um processo de índole subjetiva, não cabendo ao STF homologar acordo nesse tipo de processo.
- D não poderá ser celebrado, por se tratar de um processo de índole objetiva, o que dependeria de uma análise subjetiva do STF acerca do acordo.

JUSTIFICATIVAS

A - ERRADA. É possível celebrar acordo em ADPF, que é um processo de índole objetiva, cabendo ao STF apenas homologar as disposições que forem combinadas, sem representar chancela das teses jurídicas das partes no processo.*/

B - CORRETA. É possível celebrar acordo em ADPF, que é um processo de índole objetiva, cabendo ao STF apenas homologar as disposições que forem combinadas, sem representar chancela das teses jurídicas das partes no processo.*/

C - ERRADA. É possível celebrar acordo em ADPF, que é um processo de índole objetiva, cabendo ao STF apenas homologar as disposições que forem combinadas, sem representar chancela das teses jurídicas das partes no processo.*/

D - ERRADA. É possível celebrar acordo em ADPF, que é um processo de índole objetiva, cabendo ao STF apenas homologar as disposições que forem combinadas, sem representar chancela das teses jurídicas das partes no processo.*/

Questão 29

Determinado órgão do Poder Executivo instituiu taxa para fornecimento de cópias e reproduções de documentos e para emissão de atestado coletivo ou individual de interesse de empresa privada.

Acerca dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A É inconstitucional a cobrança de taxa para fornecimento de cópias de documentos.
- B É inconstitucional a cobrança de taxa para emissão de atestado coletivo.

- Ⓒ É constitucional a cobrança de taxa apenas para fornecimento de cópias de documentos.
- Ⓓ É constitucional a cobrança de taxa para emissão de atestado individual.

JUSTIFICATIVAS

A - ERRADA. Não há nenhuma vedação constitucional para instituição de taxa para fornecimento de cópias e reproduções de documentos e para emissão de atestado coletivo ou individual de interesse de empresa privada. Segundo o STF (ADI 7.035, rel. min. Cármen Lúcia, julgamento em 21/6/2022, DJe de 29/6/2022), a vedação prevista na alínea “b” do inciso XXXIV do art. 5.º da CF (“são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas: (...) b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal”) não impede a instituição de taxa pelo fornecimento de cópias e reproduções de documentos pelo órgão ou pela entidade pública consultada, para o ressarcimento dos gastos com o material utilizado, bem como a cobrança de taxa para a emissão de atestado coletivo ou individual de interesse de empresa privada.* /

B - ERRADA. Não há nenhuma vedação constitucional para instituição de taxa para fornecimento de cópias e reproduções de documentos e para emissão de atestado coletivo ou individual de interesse de empresa privada. Segundo o STF (ADI 7.035, rel. min. Cármen Lúcia, julgamento em 21/6/2022, DJe de 29/6/2022), a vedação prevista na alínea “b” do inciso XXXIV do art. 5.º da CF (“são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas: (...) b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal”) não impede a instituição de taxa pelo fornecimento de cópias e reproduções de documentos pelo órgão ou pela entidade pública consultada, para o ressarcimento dos gastos com o material utilizado, bem como a cobrança de taxa para a emissão de atestado coletivo ou individual de interesse de empresa privada.* /

C - ERRADA. Segundo o STF (ADI 7.035, rel. min. Cármen Lúcia, julgamento em 21/6/2022, DJe de 29/6/2022), a vedação prevista na alínea “b” do inciso XXXIV do art. 5.º da CF (“são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas: (...) b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal”) não impede a instituição de taxa pelo fornecimento de cópias e reproduções de documentos pelo órgão ou pela entidade pública consultada, para o ressarcimento dos gastos com o material utilizado, bem como a cobrança de taxa para a emissão de atestado coletivo ou individual de interesse de empresa privada.* /

D - CORRETA. Segundo o STF (ADI 7.035, rel. min. Cármen Lúcia, julgamento em 21/6/2022, DJe de 29/6/2022), a vedação prevista na alínea “b” do inciso XXXIV do art. 5.º da CF (“são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas: (...) b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal”) não impede a instituição de taxa pelo fornecimento de cópias e reproduções de documentos pelo órgão ou pela entidade pública consultada, para o ressarcimento dos gastos com o material utilizado, bem como a cobrança de taxa para a emissão de atestado coletivo ou individual de interesse de empresa privada.* /

Questão 30

Juan, Pablo e Jorge nasceram no Brasil em janeiro de 2023. Nesse mês, os pais de Juan, uruguaios, e os pais de Pablo, argentinos, estavam no Brasil a serviço do Uruguai; os pais de Jorge, bolivianos, passavam férias no território brasileiro.

Nessa situação hipotética, nos termos da CF, são considerados brasileiros natos

- Ⓐ Jorge e Pablo, somente.
- Ⓑ Juan e Jorge, somente.
- Ⓒ Pablo e Juan, somente.
- Ⓓ Jorge, Juan e Pablo.

JUSTIFICATIVAS

A - CORRETA. Somente Jorge e Pablo são considerados brasileiros natos, pois, nos termos da alínea “a” do inciso I do art. 12 da CF, são brasileiros natos “os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país”.* /

B - ERRADA. Juan não pode ser considerado brasileiro nato nos termos da CF, pois seus pais são estrangeiros e estavam a serviço do seu país quando do nascimento do filho.* /

C - ERRADA. Juan não pode ser considerado brasileiro nato nos termos da CF, pois seus pais são estrangeiros e estavam a serviço do seu país quando do nascimento do filho.* /

D - ERRADA. Juan não pode ser considerado brasileiro nato nos termos da CF, pois seus pais são estrangeiros e estavam a serviço do seu país quando do nascimento do filho.* /

Questão 31

Uma pessoa com 25 anos de idade, desde que preencha as demais exigências legais e constitucionais, é elegível aos cargos de

- Ⓐ senador e prefeito.
- Ⓑ juiz de paz e deputado estadual.
- Ⓒ vice-governador de estado e vereador.
- Ⓓ governador de estado e deputado distrital.

JUSTIFICATIVAS

A - ERRADA. A CF (art. 12, § 3.º, VI, “a”) estabelece a idade mínima de 35 anos como condição de elegibilidade para o cargo de senador.* /

B - CORRETA. A CF (art. 12, § 3.º, VI, “c”) estabelece a idade mínima de 21 anos como condição de elegibilidade para os cargos de juiz de paz e deputado estadual.* /

C - ERRADA. A CF (art. 12, § 3.º, VI, “b”) estabelece a idade mínima de 30 anos como condição de elegibilidade para o cargo de vice-governador de estado.* /

D - ERRADA. A CF (art. 12, § 3.º, VI, “a”) estabelece a idade mínima de 30 anos como condição de elegibilidade para o cargo de governador de estado.* /

Questão 32

Pedro foi condenado por improbidade administrativa. Ana teve sua naturalização cancelada por sentença transitada em julgado.

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta com relação aos efeitos da condenação de Pedro e do cancelamento da naturalização de Ana no que se refere aos seus direitos políticos.

- Ⓐ Haverá a cassação dos direitos políticos de Pedro e a perda dos de Ana.
- Ⓑ Haverá a suspensão dos direitos políticos de Pedro e a perda dos de Ana.
- Ⓒ Haverá a suspensão dos direitos políticos de Pedro e de Ana.
- Ⓓ Haverá a perda dos direitos políticos de Pedro e de Ana.

JUSTIFICATIVAS

A - ERRADA. A CF (art. 15, *caput*) veda a cassação de direitos políticos.* /

B - CORRETA. Ocorrerá a suspensão dos direitos políticos de Pedro e a perda dos direitos políticos de Ana, nos termos da CF (“Art. 15. É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de: I – cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado; (...) V – improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4.º”) e da doutrina correlata.* /

C - ERRADA. A suspensão dos direitos políticos é cabível apenas no caso de Pedro, em virtude da previsão do inc. V do art. 15 c/c § 4.º do art. 37 da CF. A doutrina majoritária entende que o cancelamento de naturalização tem como efeito a perda dos direitos políticos.*/

D - ERRADA. No caso de Pedro, o efeito da sua condenação por improbidade administrativa será a suspensão dos seus direitos políticos, por força do inc. V do art. 15 c/c § 4.º do art. 37 da CF.*/

Questão 33

Cada região administrativa do Distrito Federal terá um Conselho de Representantes Comunitários, com funções

- A consultivas e fiscalizadoras.
- B deliberativas e normativas.
- C consultivas e normativas.
- D fiscalizadoras e deliberativas.

JUSTIFICATIVAS

A - CERTO. De acordo com o art. 12 da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), cada região administrativa do Distrito Federal terá um Conselho de Representantes Comunitários, com funções consultivas e fiscalizadoras, na forma da lei.*/

B - Errado. De acordo com o art. 12 da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), cada região administrativa do Distrito Federal terá um Conselho de Representantes Comunitários, com funções consultivas e fiscalizadoras, na forma da lei.*/

C - Errado. De acordo com o art. 12 da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), cada região administrativa do Distrito Federal terá um Conselho de Representantes Comunitários, com funções consultivas e fiscalizadoras, na forma da lei.*/

D - Errado. De acordo com o art. 12 da Lei Orgânica do Distrito Federal, cada região administrativa do Distrito Federal terá um Conselho de Representantes Comunitários, com funções consultivas e fiscalizadoras, na forma da lei.*/

Questão 34

É competência do Distrito Federal, em comum com a União,

- A conservar o patrimônio público.
- B elaborar e executar o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual.
- C exercer o poder de polícia administrativa.
- D licenciar a construção de qualquer obra.

JUSTIFICATIVAS

A - CERTO. De acordo com o art.16, inciso II da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), é competência do Distrito Federal, em comum com a União, conservar o patrimônio público. Elaborar e executar o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual (inciso IX), exercer o poder de polícia administrativa (inciso XIV) e licenciar a construção de qualquer obra (inciso XXV) são competências privativas do Distrito Federal, elencadas no art. 15 do referido diploma legal.*/

B - Errado. De acordo com o art.16, inciso II da Lei Orgânica do Distrito Federal, é competência do Distrito Federal, em comum com a União, conservar o patrimônio público. Elaborar e executar o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual (inciso IX), exercer o poder de polícia administrativa (inciso XIV) e licenciar a construção de qualquer obra (inciso XXV) são competências privativas do Distrito Federal, elencadas no art. 15 do referido diploma legal.*/

C - Errado. De acordo com o art.16, inciso II da Lei Orgânica do Distrito Federal, é competência do Distrito Federal, em comum com a União, conservar o patrimônio público. Elaborar e executar o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual (inciso IX), exercer o poder de polícia administrativa (inciso XIV) e licenciar a construção de qualquer obra (inciso XXV) são competências privativas do Distrito Federal, elencadas no art. 15 do referido diploma legal.*/

D - Errado. De acordo com o art.16, inciso II da Lei Orgânica do Distrito Federal, é competência do Distrito Federal, em comum com a União, conservar o patrimônio público. Elaborar e executar o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual (inciso IX), exercer o poder de polícia administrativa (inciso XIV) e licenciar a construção de qualquer obra (inciso XXV) são competências privativas do Distrito Federal, elencadas no art. 15 do referido diploma legal.*/

Questão 35

No âmbito dos direitos das servidoras públicas, é garantida a proteção especial à gestante ou lactante, que poderá ter suas funções adequadas temporariamente, quando for recomendável a sua saúde,

- A com adaptação proporcional dos seus vencimentos, mas sem prejuízo das demais vantagens.
- B sem prejuízo dos seus vencimentos, mas com adaptação proporcional às demais vantagens.
- C sem prejuízo dos seus vencimentos e das demais vantagens.
- D com adaptação proporcional aos seus vencimentos e às demais vantagens.

JUSTIFICATIVAS

A - Errado. De acordo art. 35, inciso III da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), dentre os direitos das servidoras públicas, está a proteção especial à servidora gestante ou lactante, inclusive mediante a adequação ou mudança temporária de suas funções, quando for recomendável a sua saúde ou à do nascituro, sem prejuízo de seus vencimentos e demais vantagens.*/

B - Errado. De acordo art. 35, inciso III da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), dentre os direitos das servidoras públicas, está a proteção especial à servidora gestante ou lactante, inclusive mediante a adequação ou mudança temporária de suas funções, quando for recomendável a sua saúde ou à do nascituro, sem prejuízo de seus vencimentos e demais vantagens.*/

C - CERTO. De acordo art. 35, inciso III da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), dentre os direitos das servidoras públicas, está a proteção especial à servidora gestante ou lactante, inclusive mediante a adequação ou mudança temporária de suas funções, quando for recomendável a sua saúde ou à do nascituro, sem prejuízo de seus vencimentos e demais vantagens.*/

D - Errado. De acordo art. 35, inciso III da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), dentre os direitos das servidoras públicas, está a proteção especial à servidora gestante ou lactante, inclusive mediante a adequação ou mudança temporária de suas funções, quando for recomendável a sua saúde ou à do nascituro, sem prejuízo de seus vencimentos e demais vantagens.*/

Questão 36

Os membros da Câmara Legislativa não poderão ser presos desde a

- A posse, salvo em flagrante de crime inafiançável, hipótese em que os autos do processo serão remetidos à Câmara Legislativa, dentro do prazo de quarenta e oito horas, para que esta resolva sobre a prisão.
- B expedição do diploma, salvo em flagrante de crime inafiançável, hipótese em que os autos do processo serão remetidos à Câmara Legislativa, dentro do prazo de quarenta e oito horas, para que esta resolva sobre a prisão.
- C expedição do diploma, salvo em flagrante de crime inafiançável, hipótese em que os autos do processo serão remetidos à Câmara Legislativa, dentro do prazo de vinte e quatro horas, para que esta resolva sobre a prisão.

- Ⓓ posse, salvo em flagrante de crime inafiançável, hipótese em que os autos do processo serão remetidos à Câmara Legislativa, dentro do prazo de vinte e quatro horas, para que esta resolva sobre a prisão.

JUSTIFICATIVAS

A - Errado. De acordo com art. 61, §§2º e 3º da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), desde a expedição do diploma, os membros da Câmara Legislativa não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável; hipótese em que os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Câmara Legislativa, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.* /

B - Errado. De acordo com art. 61, §§2º e 3º da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), desde a expedição do diploma, os membros da Câmara Legislativa não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável; hipótese em que os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Câmara Legislativa, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.* /

C - CERTO. De acordo com art. 61, §§2º e 3º da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), expedição do diploma, os membros da Câmara Legislativa não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável; hipótese em que os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Câmara Legislativa, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.* /

D - Errado. De acordo com art. 61, §§2º e 3º da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), desde a expedição do diploma, os membros da Câmara Legislativa não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável; hipótese em que os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Câmara Legislativa, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.* /

Questão 37

Os conselheiros do Tribunal de Contas do Distrito Federal serão nomeados entre brasileiros que, entre outros requisitos, tenham

- Ⓐ mais de trinta anos e menos de setenta anos de idade e idoneidade moral e reputação ilibada.
- Ⓑ idoneidade moral e reputação ilibada e mais de quinze anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional.
- Ⓒ idoneidade moral e reputação ilibada e notáveis conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública.
- Ⓓ mais de trinta anos e menos de setenta anos de idade e mais de quinze anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional.

JUSTIFICATIVAS

A - Errado. De acordo com o art. 82, §1º da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), os Conselheiros do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) serão nomeados entre brasileiros que satisfaçam os seguintes requisitos: I - mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade; II - idoneidade moral e reputação ilibada; III - notáveis conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública; IV - mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados no item anterior.* /

B - Errado. De acordo com o art. 82, §1º da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), os Conselheiros do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) serão nomeados entre brasileiros que satisfaçam os seguintes requisitos: I - mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade; II - idoneidade moral e reputação ilibada; III - notáveis conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública; IV - mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva

atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados no item anterior.* /

C - CERTO. De acordo com o art. 82, §1º da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), os Conselheiros do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) serão nomeados entre brasileiros que satisfaçam os seguintes requisitos: I - mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade; II - idoneidade moral e reputação ilibada; III - notáveis conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública; IV - mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados no item anterior.* /

D - Errado. De acordo com o art. 82, §1º da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), os Conselheiros do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) serão nomeados entre brasileiros que satisfaçam os seguintes requisitos: I - mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade; II - idoneidade moral e reputação ilibada; III - notáveis conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública; IV - mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados no item anterior.* /

Questão 38

Em razão de casamento, o servidor público do DF poderá se ausentar do serviço, sem prejuízo da remuneração ou subsídio,

- Ⓐ por oito dias consecutivos, incluído o dia da cerimônia, mediante comunicação prévia à chefia imediata.
- Ⓑ por oito dias consecutivos, excluído o dia da cerimônia, dispensada a comunicação prévia à chefia imediata.
- Ⓒ por dez dias consecutivos, incluído o dia da cerimônia, mediante comunicação prévia à chefia imediata.
- Ⓓ por dez dias consecutivos, excluído o dia da cerimônia, dispensada a comunicação prévia à chefia imediata.

JUSTIFICATIVAS

A - CERTO. De acordo com o art. 62, inciso III, alínea *a* da Lei Complementar n.º 840/2011, sem prejuízo da remuneração ou subsídio, o servidor pode se ausentar do serviço, mediante comunicação prévia à chefia imediata por oito dias consecutivos, incluído o dia da ocorrência, no caso, incluído o dia da cerimônia de casamento.* /

B - Errado. De acordo com o art. 62, inciso III, alínea *a* da Lei Complementar n.º 840/2011, sem prejuízo da remuneração ou subsídio, o servidor pode se ausentar do serviço, mediante comunicação prévia à chefia imediata por oito dias consecutivos, incluído o dia da ocorrência, no caso, incluído o dia da cerimônia de casamento.* /

C - Errado. De acordo com o art. 62, inciso III, alínea *a* da Lei Complementar n.º 840/2011, sem prejuízo da remuneração ou subsídio, o servidor pode se ausentar do serviço, mediante comunicação prévia à chefia imediata por oito dias consecutivos, incluído o dia da ocorrência, no caso, incluído o dia da cerimônia de casamento.* /

D - Errado. De acordo com o art. 62, inciso III, alínea *a* da Lei Complementar n.º 840/2011, sem prejuízo da remuneração ou subsídio, o servidor pode se ausentar do serviço, mediante comunicação prévia à chefia imediata por oito dias consecutivos, incluído o dia da ocorrência, no caso, incluído o dia da cerimônia de casamento.* /

Questão 39

As faltas injustificadas ao serviço configurarão

- Ⓐ abandono do cargo, se ocorrerem por mais de sessenta dias consecutivos.
- Ⓑ inassiduidade habitual, se ocorrerem por mais de trinta dias consecutivos.

- Ⓒ abandono do cargo, se ocorrerem por mais de trinta dias, interpoladamente, no período de doze meses.
- Ⓓ inassiduidade habitual, se ocorrerem por mais de sessenta dias, interpoladamente, no período de doze meses.

JUSTIFICATIVAS

A - Errado. De acordo com o art. 64 da Lei Complementar n.º 840/2011, as faltas injustificadas ao serviço configuram abandono do cargo, se ocorrerem por mais de trinta dias consecutivos (inciso I) e inassiduidade habitual, se ocorrerem por mais de sessenta dias, interpoladamente, no período de doze meses (inciso II).*/

B - Errado. De acordo com o art. 64 da Lei Complementar n.º 840/2011, as faltas injustificadas ao serviço configuram abandono do cargo, se ocorrerem por mais de trinta dias consecutivos (inciso I) e inassiduidade habitual, se ocorrerem por mais de sessenta dias, interpoladamente, no período de doze meses (inciso II).*/

C - Errado. De acordo com o art. 64 da Lei Complementar n.º 840/2011, as faltas injustificadas ao serviço configuram abandono do cargo, se ocorrerem por mais de trinta dias consecutivos (inciso I) e inassiduidade habitual, se ocorrerem por mais de sessenta dias, interpoladamente, no período de doze meses (inciso II).*/

D - CERTO. De acordo com o art. 64 da Lei Complementar n.º 840/2011, as faltas injustificadas ao serviço configuram abandono do cargo, se ocorrerem por mais de trinta dias consecutivos (inciso I) e inassiduidade habitual, se ocorrerem por mais de sessenta dias, interpoladamente, no período de doze meses (inciso II).*/

Questão 40

O servidor tem direito a licença para atividade política nos períodos compreendidos entre

- Ⓐ a data seguinte à de sua escolha em convenção partidária como candidato a cargo eletivo e o dia do registro da sua candidatura na justiça eleitoral.
- Ⓑ o registro da sua candidatura na justiça eleitoral e até trinta dias após a data da eleição para a qual ele concorrer.
- Ⓒ a data de sua escolha em convenção partidária como candidato a cargo eletivo e a véspera do registro da suas candidatura na justiça eleitoral.
- Ⓓ o registro da sua candidatura na justiça eleitoral e a data da eleição para a qual ele concorrer.

JUSTIFICATIVAS

A - Errado. De acordo com o art. 137 da Lei Complementar n.º 840/2011, o servidor tem direito à licença para atividade política nos períodos compreendidos entre a data de sua escolha em convenção partidária como candidato a cargo eletivo e a véspera do registro da candidatura perante a Justiça Eleitoral (inciso I); e entre o registro da candidatura perante a Justiça Eleitoral e até dez dias após a data da eleição para a qual concorre (inciso II).*/

B - Errado. De acordo com o art. 137 da Lei Complementar n.º 840/2011, o servidor tem direito à licença para atividade política nos períodos compreendidos entre a data de sua escolha em convenção partidária como candidato a cargo eletivo e a véspera do registro da candidatura perante a Justiça Eleitoral (inciso I); e entre o registro da candidatura perante a Justiça Eleitoral e até dez dias após a data da eleição para a qual concorre (inciso II).*/

C - CERTO. De acordo com o art. 137 da Lei Complementar n.º 840/2011, o servidor tem direito à licença para atividade política nos períodos compreendidos entre a data de sua escolha em convenção partidária como candidato a cargo eletivo e a véspera do registro da candidatura perante a Justiça Eleitoral (inciso I); e entre o registro da candidatura perante a Justiça Eleitoral e até dez dias após a data da eleição para a qual concorre (inciso II).*/

D - Errado. De acordo com o art. 137 da Lei Complementar n.º 840/2011, o servidor tem direito à licença para atividade política nos períodos compreendidos entre a data de sua escolha em convenção partidária como candidato a cargo eletivo e a véspera do registro da candidatura perante a Justiça Eleitoral (inciso I); e entre o registro da candidatura perante a Justiça Eleitoral e até dez dias após a data da eleição para a qual concorre (inciso II).*/

Questão 41

Para fins de contagem do tempo de serviço, em regra, são considerados como efetivo serviço

- Ⓐ as férias e o período em que o servidor estiver licenciado sem remuneração.
- Ⓑ as licenças maternidade e paternidade e o período em que o servidor estiver cumprindo sanção disciplinar de suspensão.
- Ⓒ a licença médica e as férias.
- Ⓓ os períodos em que o servidor estiver licenciado sem remuneração e em que estiver cumprindo sanção disciplinar de suspensão.

JUSTIFICATIVAS

A - Errado. De acordo com o art. 164, inciso II, alínea *a* da Lei Complementar n.º 840/2011, salvo disposição legal em contrário, o período em que o servidor estiver licenciado ou afastado sem remuneração não é contado como tempo de serviço; por sua vez, de acordo com o art. 165, inciso I do mesmo diploma legal, as férias são considerados como efetivo exercício.*/

B - Errado. De acordo com o art. 164, inciso II, alínea *b* da Lei Complementar n.º 840/2011, salvo disposição legal em contrário, o período em que o servidor estiver cumprindo sanção disciplinar de suspensão não é contado como tempo de serviço; por sua vez, de acordo com o art. 165, inciso III, alínea *a* do mesmo diploma legal, a licença maternidade ou paternidade é considerada como efetivo exercício.*/

C - CERTO. De acordo com o art. 165, incisos I e III, alínea *b* da Lei Complementar n.º 840/2011, as férias (inciso I) e a licença médica são considerados como efetivo exercício.*/

D - Errado. De acordo com o art. 164, inciso II, alíneas *a* e *b* da Lei Complementar n.º 840/2011, salvo disposição legal em contrário, o período em que o servidor estiver licenciado ou afastado sem remuneração e o período em que estiver cumprindo sanção disciplinar de suspensão não são contados como tempo de serviço.*/

Questão 42

É considerada como reincidência o cometimento de nova infração disciplinar do mesmo grupo ou classe de infração disciplinar anteriormente cometida,

- Ⓐ desde que ambas possuam características fáticas comuns e a anterior tenha sido ou não punida.
- Ⓑ desde que ambas possuam características fáticas comuns e a anterior tenha sido necessariamente punida.
- Ⓒ ainda que ambas possuam características fáticas diversas e a anterior tenha sido ou não punida.
- Ⓓ ainda que ambas possuam características fáticas diversas e a anterior tenha sido necessariamente punida.

JUSTIFICATIVAS

A - Errado. De acordo com o art. 189 da Lei Complementar n.º 840/2011, considera-se reincidência o cometimento de nova infração disciplinar do mesmo grupo ou classe de infração disciplinar anteriormente cometida, ainda que uma e outra possuam características fáticas diversas. No parágrafo único do referido dispositivo, resta indicado que se entende por infração disciplinar anteriormente cometida aquela já punida na forma desta Lei Complementar.*/

B - Errado. De acordo com o art. 189 da Lei Complementar n.º 840/2011, considera-se reincidência o cometimento de nova infração disciplinar do mesmo grupo ou classe de infração

disciplinar anteriormente cometida, ainda que uma e outra possuam características fáticas diversas. No parágrafo único do referido dispositivo, resta indicado que se entende por infração disciplinar anteriormente cometida aquela já punida na forma desta Lei Complementar.* /

C - Errado. De acordo com o art. 189 da Lei Complementar n.º 840/2011, considera-se reincidência o cometimento de nova infração disciplinar do mesmo grupo ou classe de infração disciplinar anteriormente cometida, ainda que uma e outra possuam características fáticas diversas. No parágrafo único do referido dispositivo, resta indicado que se entende por infração disciplinar anteriormente cometida aquela já punida na forma desta Lei Complementar.* /

D - CERTO. De acordo com o art. 189 da Lei Complementar n.º 840/2011, considera-se reincidência o cometimento de nova infração disciplinar do mesmo grupo ou classe de infração disciplinar anteriormente cometida, ainda que uma e outra possuam características fáticas diversas. No parágrafo único do referido dispositivo, resta indicado que se entende por infração disciplinar anteriormente cometida aquela já punida na forma desta Lei Complementar.* /

Questão 43

De acordo com a Lei Complementar n.º 840/2011, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do DF, cometerá uma infração grave o(a) servidor(a) que

- A proceder de forma desidiosa, incorrendo repetidamente em descumprimento de vários deveres e atribuições funcionais.
- B praticar ato de assédio sexual ou moral.
- C coagir ou aliciar subordinado no sentido de filiar-se a associação, sindicato, partido político ou qualquer outra espécie de agremiação.
- D exercer atividade privada incompatível com o exercício do cargo público ou da função de confiança.

JUSTIFICATIVAS

A - CERTO. De acordo com o art. 193, inciso III da Lei Complementar n.º 840/2011, proceder de forma desidiosa, incorrendo repetidamente em descumprimento de vários deveres e atribuições funcionais é uma infração grave. As demais opções são infrações médias, elencadas nos incisos II, III e IV do art. 192 do mesmo diploma legal.* /

B - Errado. De acordo com o art. 193, inciso III da Lei Complementar n.º 840/2011, proceder de forma desidiosa, incorrendo repetidamente em descumprimento de vários deveres e atribuições funcionais é uma infração grave. As demais opções são infrações médias, elencadas nos incisos II, III e IV do art. 192 do mesmo diploma legal.* /

C - Errado. De acordo com o art. 193, inciso III da Lei Complementar n.º 840/2011, proceder de forma desidiosa, incorrendo repetidamente em descumprimento de vários deveres e atribuições funcionais é uma infração grave. As demais opções são infrações médias, elencadas nos incisos II, III e IV do art. 192 do mesmo diploma legal.* /

D - Errado. De acordo com o art. 193, inciso III da Lei Complementar n.º 840/2011, proceder de forma desidiosa, incorrendo repetidamente em descumprimento de vários deveres e atribuições funcionais é uma infração grave. As demais opções são infrações médias, elencadas nos incisos II, III e IV do art. 192 do mesmo diploma legal.* /

Questão 44

O servidor público que recusar fé a documento público poderá ser punido com a sanção de

- A advertência.
- B suspensão.
- C demissão.
- D cassação.

JUSTIFICATIVAS

A - CERTO Segundo o art. 190, inciso VI da Lei Complementar n.º 840/2011, recusar fé a documento público é considerada uma infração leve. Ainda, de acordo com o art. 199 da Lei Complementar n.º 840/2011, as infrações disciplinares de natureza leve são punidas com a pena de advertência, por meio da qual se reprova por escrito a conduta do servidor. Sendo assim, recusar fé a documento público é uma infração leve, cabendo, portanto, a sanção de advertência.* /

B - Errado. Segundo o art. 190, inciso VI da Lei Complementar n.º 840/2011, recusar fé a documento público é considerada uma infração leve. Ainda, de acordo com o art. 199 da Lei Complementar n.º 840/2011, as infrações disciplinares de natureza leve são punidas com a pena de advertência, por meio da qual se reprova por escrito a conduta do servidor. Sendo assim, recusar fé a documento público é uma infração leve, cabendo, portanto, a sanção de advertência.* /

C - Errado. Segundo o art. 190, inciso VI da Lei Complementar n.º 840/2011, recusar fé a documento público é considerada uma infração leve. Ainda, de acordo com o art. 199 da Lei Complementar n.º 840/2011, as infrações disciplinares de natureza leve são punidas com a pena de advertência, por meio da qual se reprova por escrito a conduta do servidor. Sendo assim, recusar fé a documento público é uma infração leve, cabendo, portanto, a sanção de advertência.* /

D - Errado. Segundo o art. 190, inciso VI da Lei Complementar n.º 840/2011, recusar fé a documento público é considerada uma infração leve. Ainda, de acordo com o art. 199 da Lei Complementar n.º 840/2011, as infrações disciplinares de natureza leve são punidas com a pena de advertência, por meio da qual se reprova por escrito a conduta do servidor. Sendo assim, recusar fé a documento público é uma infração leve, cabendo, portanto, a sanção de advertência.* /

Questão 45

A autoridade instauradora de processo disciplinar pode determinar o afastamento do servidor público do exercício do seu cargo, como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da infração disciplinar, pelo prazo de até

- A sessenta dias, sem prejuízo da remuneração.
- B sessenta dias, com suspensão do recebimento da remuneração.
- C trinta dias, sem prejuízo da remuneração.
- D trinta dias, com suspensão do recebimento da remuneração.

JUSTIFICATIVAS

A - CERTO. De acordo com o art. 222 da Lei Complementar n.º 840/2011, como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da infração disciplinar, a autoridade instauradora do processo disciplinar pode determinar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de até sessenta dias, sem prejuízo da remuneração.* /

B - Errado. De acordo com o art. 222 da Lei Complementar n.º 840/2011, como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da infração disciplinar, a autoridade instauradora do processo disciplinar pode determinar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de até sessenta dias, sem prejuízo da remuneração.* /

C - Errado. De acordo com o art. 222 da Lei Complementar n.º 840/2011, como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da infração disciplinar, a autoridade instauradora do processo disciplinar pode determinar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de até sessenta dias, sem prejuízo da remuneração.* /

D - Errado. De acordo com o art. 222 da Lei Complementar n.º 840/2011, como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da infração disciplinar, a autoridade

instauradora do processo disciplinar pode determinar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de até sessenta dias, sem prejuízo da remuneração.* /

Questão 46

Conforme o Plano Distrital de Política para Mulheres (2020-2023), assinale a opção que apresenta ação que esteja inclusa no eixo que diz respeito à educação para a igualdade.

- A manutenção do Projeto Terezas, de incentivo à formação profissional, com vistas à inserção no mercado de trabalho e à conquista de autonomia pessoal e financeira
- B elaboração e implementação do plano de ação com a Secretaria de Empreendedorismo, para fomentar o empreendedorismo feminino
- C institucionalização e implantação de um programa de desenvolvimento e capacitação em igualdade de gênero
- D implantação de programa de formação de lideranças femininas, com meninas e mulheres, nas escolas e nas comunidades

JUSTIFICATIVAS

A - Errado. Manutenção do Projeto Terezas, de incentivo à formação profissional, com vistas à inserção no mercado de trabalho e à conquista de autonomia pessoal e financeira é prioridade do eixo igualdade para mulheres jovens, mulheres idosas e mulheres com deficiência.* /

B - Errado. Elaboração e implementação do plano de ação com a Secretaria de Empreendedorismo, para fomentar o empreendedorismo feminino, é prioridade do eixo igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica.* /

C - CERTO. Institucionalização e implantação de um programa de desenvolvimento e capacitação em igualdade de gênero é prioridade do eixo de educação para a igualdade.* /

D - Errado. Implantação de programa de formação de lideranças femininas, com meninas e mulheres, nas escolas e nas comunidades é prioridade do eixo participação das mulheres nos espaços de poder e decisão.* /

Questão 47

Distrito Federal registra quatro feminicídios nos primeiros 19 dias do ano

Número de casos desse tipo de crime este ano equivale ao total registrado no primeiro trimestre de 2022.

Especialistas avaliam a necessidade de um atendimento mais humanizado a vítimas de agressões e falam do perfil dos criminosos.

<R>Internet: <www.correiobraziliense.com.br> (com adaptações).

Considerando o fragmento de reportagem apresentado e associando-o ao atual plano distrital de política para mulheres, assinale a opção que apresenta o eixo que estabelece princípios, diretrizes, projetos e políticas de prevenção e combate à violência contra as mulheres, assim como de assistência e garantia de direitos das mulheres em situação de violência, conforme normas e instrumentos internacionais de direitos humanos e legislação nacional e distrital.

- A eixo 3
- B eixo 4
- C eixo 7
- D eixo 8

JUSTIFICATIVAS

A - Errado. O eixo 3 versa sobre a saúde integral das mulheres, direitos sexuais e reprodutivos. O objetivo desse eixo é o de assegurar o direito à saúde integral, sexual e reprodutiva das

mulheres, promovendo a vida com qualidade, equidade e direitos, por meio da implementação de estratégias para qualificação e acesso a todas as ações da saúde, sem discriminação de qualquer espécie, resguardadas as identidades e especificidades de raça, etnia, geração, classe social, orientação sexual, identidade de gênero e deficiência.* /

B - CERTO. O eixo 4 versa sobre o enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres e uma de suas ações, relacionada ao assunto tratado na reportagem, é o aprimoramento do combate à violência contra mulheres e do combate ao feminicídio. O comando da questão apresenta o texto do objetivo geral do referido eixo.* /

C - Errado. O eixo 7 versa sobre cultura, esporte, comunicação e mídia, portanto, assuntos que não envolvem o feminicídio, tópico abordado no contexto da questão.* /

D - Errado. O eixo 8 versa sobre o enfrentamento do racismo, do sexismo, da lesbofobia e da transfobia. O feminicídio não faz parte desse eixo, que pretende instituir políticas, programas e ações de enfrentamento do racismo, do sexismo, da lesbofobia e da transfobia, a fim de garantir a equidade, por intermédio da incorporação da perspectiva de raça, etnia e orientação sexual nas políticas direcionadas às mulheres.* /

Questão 48

A Câmara Legislativa aprovou, na sessão deliberativa de 07 de dezembro de 2022, a criação de duas novas regiões administrativas, que se somarão às 33 já existentes no Distrito Federal (DF).

<R>Internet: <www.cl.df.gov.br> (com adaptações).

Em relação às duas novas regiões administrativas (RAs) mencionadas no texto, assinale a opção correta.

- A Uma dessas duas RAs é chamada de Água Quente, região urbanisticamente densa, que foi desmembrada de Planaltina.
- B As duas novas RAs se encontram com terras na área de proteção ambiental (APA) do rio São Bartolomeu.
- C Arapoanga, a mais populosa das duas novas RAs, foi desmembrada da região administrativa que contém a Pedra Fundamental do DF.
- D As duas RAs citadas no texto são Sol Nascente e Arniqueiras, que somam-se às 35 RAs que compõem o DF.

JUSTIFICATIVAS

A - Errado. A região desmembrada de Planaltina foi Arapoanga. Água Quente é urbanisticamente menos densa e foi desmembrada do Recanto das Emas.* /

B - Errado. Das duas RAs, só Arapoanga está localizada na Área de Proteção Ambiental (APA) do rio São Bartolomeu.* /

C - CERTO. A Secretaria de Governo (SEGOV) estima que Arapoanga tenha população acima de 100 mil habitantes (Água Quente possui aproximadamente 30 mil habitantes). Arapoanga foi desmembrada de Planaltina, onde se encontra a Pedra Fundamental do DF.* /

D - Errado. Sol Nascente e Arniqueiras foram criadas em outubro de 2019.* /

Questão 49

A economia no Distrito Federal é bastante diversificada. Por sua função administrativa, o setor de serviços é de grande importância, abrangendo a maior participação no produto interno bruto (PIB) e ocupando a maioria da população economicamente ativa. Destacam-se as atividades de administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento público, defesa e seguridade social. Entretanto, existe uma grande desigualdade social no DF, caracterizada pela variação da distribuição de renda entre as regiões administrativas.

<R>Internet: <www.codeplan.df.gov.br> (com adaptações).

Considerando o assunto abordado no texto precedente, assinale a opção correta, acerca da renda *per capita* por região administrativa do Distrito Federal.

- Ⓐ Santa Maria e Riacho Fundo II são RAs com acesso pela saída norte do Plano Piloto e renda *per capita* média.
- Ⓑ São Sebastião é uma RA com renda *per capita* alta, pois nela inclui-se o Jardim Botânico.
- Ⓒ Lago Norte, Plano Piloto e Park Way são, respectivamente, as RAs com as maiores rendas *per capita* do DF.
- Ⓓ Planaltina e Fercal são RAs com acesso pela saída norte do Plano Piloto e renda *per capita* baixa.

JUSTIFICATIVAS

A - Errado. Santa Maria e Riacho Fundo II são RAs de acesso pela saída sul do Plano Piloto e sua renda *per capita* é uma das mais baixas do DF.* /

B - Errado. O Jardim Botânico é uma RA.* /

C - Errado. A maior renda *per capita* do DF é o Lago Sul, portanto, quando o item afirma que Lago Norte, Plano Piloto e Park Way são, respectivamente, as maiores rendas *per capita* do DF incorre no erro de não citar o Lago Sul.* /

D - CERTO. Planaltina, Fercal, Itapoã e Paranoá são RAs que possuem acesso pela saída norte do Plano Piloto e se classificam como as regiões de menor renda *per capita* do DF.* /

Questão 50

O Distrito Federal é formado por gente de todos os lugares, todas as idades e de muitas gerações. É uma mistura de sotaques do Nordeste, do Sudeste, do Norte e do Sul do país e até de sotaques estrangeiros. Toda essa gente soma uma população de 2.923.369 habitantes, de acordo com a prévia do censo demográfico de 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o que classifica Brasília como a terceira cidade mais populosa do Brasil.

<R>Internet: <www.df.gov.br> (com adaptações).

A partir do texto apresentado e considerando os aspectos relevantes do atual cenário populacional do Distrito Federal, assinale a opção correta.

- Ⓐ Entre as populações que compõem os habitantes do DF, o maior percentual é de pessoas naturais e originárias do Sudeste.
- Ⓑ Minas Gerais e Goiás detêm significativos percentuais de migrantes que se instalaram como habitantes do DF.
- Ⓒ A maior parte da população do Distrito Federal é natural de outros estados.
- Ⓓ O percentual de pessoas naturais do Sul que migraram para o DF é tão significativo quanto o percentual de pessoas naturais do Centro-Oeste que migraram para o DF.

JUSTIFICATIVAS

A - Errado. A maior parte do percentual de população originária do DF veio do Nordeste.* /

B - CERTO. Minas Gerais e Goiás possuem percentual de população natural migrante para o DF entre 5 e 10%, o maior percentual entre os estados brasileiros, portanto, um número significativo.* /

C - Errado. A maior parte da população do DF é de origem interna, perfazendo 55,3% da população.* /

D - Errado. O percentual de pessoas naturais do Centro-Oeste, que migraram para o DF é mais do que o triplo do percentual de pessoas naturais do Sul do Brasil que fizeram a mesma migração.* /

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**Questão 51**

Quanto às fontes do direito administrativo, assinale a opção correta.

- Ⓐ A jurisprudência como fonte do direito administrativo deve ser, em geral, entendida como um conjunto de decisões judiciais em sentido convergente e, no caso de mudança de entendimento, em geral, não deve se aplicar a situações consolidadas.
- Ⓑ Lei como fonte do direito administrativo se refere apenas à lei ordinária, aprovada segundo o processo legislativo previsto na Constituição Federal de 1988 (CF).
- Ⓒ Devido ao seu caráter formal, o direito administrativo apenas aceita fontes escritas.
- Ⓓ Em casos pouco frequentes, costumes administrativos de elevada importância e permanência ao longo do tempo podem derogar normas positivadas.

JUSTIFICATIVAS

A - CERTO. A jurisprudência não deve ser entendida como decisão judicial isolada, mas como um conjunto de decisões judiciais convergentes. As mudanças de entendimento adotadas pelos tribunais não devem operar de forma retroativa, por força da segurança jurídica e em atenção ao previsto no art. 2º, inciso XIII da Lei do Processo Administrativo (Lei n.º 9.784/1999).*/

B - ERRADO. Quando se faz referência à lei como fonte do Direito Administrativo, o termo é usado no sentido mais amplo de legislação, abrangendo não só a lei ordinária, mas também outras espécies normativas.*/

C - ERRADO. As fontes do Direito Administrativo são tanto escritas como não escritas, entre as quais se incluem a jurisprudência, o costume e os princípios gerais de direito.*/

D - ERRADO. Como fonte não escrita do Direito Administrativo, o costume pode ter alguma importância, sobretudo em casos nos quais haja lacuna de outras fontes mais densas, mas, de todo modo, não se admite que tenha o poder de derogar normas positivadas, como as da legislação.*/

Questão 52

Assinale a opção correta acerca da decadência dos atos administrativos.

- Ⓐ O prazo legal geral para retirada de atos administrativos que contenham ilegalidade ou abuso de poder é de, no máximo, três anos.
- Ⓑ Estados e municípios devem seguir a legislação federal no que se refere aos prazos de decadência aplicáveis a atos administrativos.
- Ⓒ Não se aplica o prazo de decadência de cinco anos ao exame de atos administrativos por parte dos tribunais de contas.
- Ⓓ Em certos casos, atos administrativos anteriores ao advento da Lei do Processo Administrativo (Lei n.º 9.784/1999) também se sujeitam ao prazo de decadência nela previsto.

JUSTIFICATIVAS

A - ERRADO. Desde o decreto n.º 20.910/1932, o prazo geral de decadência relativo à administração pública é de cinco anos. Com o advento da Lei do Processo Administrativo (Lei n.º 9.784/1999), esse prazo ficou positivado de forma expressa também para a anulação de atos administrativos, em seu art. 54.*/

B - ERRADO. Decadência aplicável a atos administrativos é matéria de Direito Administrativo, a qual pode ser objeto de legislação de todos os entes da federação. Apenas no caso de os estados e municípios não possuírem legislação própria é que podem aplicar, de forma subsidiária, a Lei do Processo Administrativo federal (Lei n.º 9.784/1999), conforme orienta a súmula 633 do Superior Tribunal de Justiça (STJ).*/

C - ERRADO. O prazo quinquenal também se aplica à revisão de atos de concessão, reforma ou pensão de aposentadoria pelos tribunais de contas, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em repercussão geral, conforme RE 636.553/RS.*/

D - CERTO. Esse entendimento se definiu na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), para os casos de anulação de atos administrativos, ou seja, mesmo atos administrativos anteriores à Lei n.º 9.784/1999 passaram a submeter-se ao prazo legal de cinco anos para anulação.*/

Questão 53

Em relação aos direitos e deveres dos agentes públicos, assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas deveres explicitamente previstos em lei são exigíveis dos agentes públicos.
- Ⓑ Os agentes públicos estão, em regra, sujeitos a deveres de resultado, isto é, seu trabalho deve produzir resultados específicos predeterminados, sem os quais tais agentes incorrerão em falta disciplinar.
- Ⓒ O dever de assiduidade dos agentes públicos não impõe que todo trabalho deva ser prestado no endereço do órgão ou ente público ao qual eles estejam vinculados.
- Ⓓ Como os direitos fundamentais são primariamente voltados à proteção dos particulares contra o Estado, não se aplica aos agentes públicos o direito ao devido processo legal, nas relações destes com a administração.

JUSTIFICATIVAS

A - ERRADO. Além dos deveres indicados explicitamente nas leis administrativas, também se aplicam deveres implícitos aos agentes públicos, quando resultantes do sistema jurídico a eles aplicável.*/

B - ERRADO. Ao contrário do que possa parecer, em regra, os agentes públicos estão prioritariamente sujeitos a deveres de meio e não de resultado, uma vez que nem sempre seu trabalho precisa produzir resultado específico, embora os agentes públicos devam sempre agir para atingimento do interesse público.*/

C - CERTO. Sobretudo a partir da pandemia de covid-19, causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, o teletrabalho disseminou-se em grande parte dos órgãos e entes da administração pública, de modo que nem todo trabalho dos agentes públicos precisa ser prestado de forma presencial, no endereço da unidade a que estejam vinculados.*/

D - ERRADO. Os direitos fundamentais em geral aplicam-se também às relações dos agentes públicos com a administração, como decorrência de sua própria condição humana, de modo que não há fundamento para afirmar a inaplicabilidade daqueles direitos aos agentes públicos. Do mesmo modo se lhes aplica o direito ao devido processo legal em suas relações com a administração pública.*/

Questão 54

A respeito do poder regulamentar da administração pública, assinale a opção correta.

- Ⓐ São essencialmente distintos o poder regulamentar e o poder normativo da administração pública.
- Ⓑ No caso de ato normativo que exceda o poder regulamentar da administração pública, pode o Congresso Nacional sustar o ato, mediante decreto legislativo, sem prejuízo do controle judicial.
- Ⓒ O produto do poder regulamentar são apenas os decretos regulamentares.
- Ⓓ O entendimento da doutrina administrativista é unânime no sentido de que o poder público não pode criar direitos e obrigações por meio de decreto.

JUSTIFICATIVAS

A - ERRADO. Ao contrário, poder regulamentar e poder normativo são usualmente considerados como sinônimos, ou o primeiro é tido como espécie do segundo.*/

B - CERTO. Conforme o art. 49, inciso IV da Constituição Federal de 1988, no caso de decreto ou outro ato que exorbite o poder regulamentar, pode o Congresso Nacional sustá-lo por meio de decreto regulamentar, o que não impede o controle judicial, inclusive de constitucionalidade, a depender do caso.*/

C - ERRADO. Decretos regulamentares são apenas uma das espécies normativas produzidas pelo poder regulamentar da administração pública, havendo também as instruções normativas, regimentos, portarias, resoluções, deliberações e outros.*/

D - ERRADO. Existe divergência doutrinária a esse respeito, uma vez que parte de importantes juristas do direito público (como Tércio Sampaio Ferraz Júnior, Hely Lopes Meirelles e Eros Roberto Grau) admitem alguma liberdade no exercício do poder regulamentar.*/

Questão 55

Assinale a opção correta à luz dos princípios da administração pública.

- A Na concretização do princípio da publicidade, a chamada transparência passiva consiste na atividade da administração pública de deixar informações à disposição dos cidadãos potencialmente interessados, em páginas da Internet.
- B A inobservância do princípio da moralidade acarreta invalidade jurídica de ato administrativo.
- C Em virtude do princípio da isonomia, sempre que constatar diferença de tratamento entre os administrados, a administração pública deverá adotar as providências necessárias para suprimi-la, de ofício ou por provocação do interessado.
- D Na atividade administrativa, quando há incidência do princípio da legalidade, afasta-se a discricionariedade da autoridade pública.

JUSTIFICATIVAS

A - ERRADO. Transparência passiva é a ação do poder público quando provocado por pedido específico de pessoa interessada em obter determinada informação. A divulgação de informações por iniciativa da administração pública configura a chamada transparência ativa.*/

B - CERTO. Por se tratar de princípio expresso da administração pública, positivado no art. 37 da Constituição Federal de 1988, a desobediência ao princípio da moralidade acarreta invalidade e ineficácia do ato administrativo.*/

C - ERRADO. De modo algum a simples diferença de tratamento jurídico entre administrados impõe à administração pública a igualação entre eles. Basta pensar na hipótese simples de que as pessoas estejam em situação factual distinta, que justifique a desigualdade de tratamento.*/

D - ERRADO. O princípio da legalidade de modo algum é incompatível com a existência de discricionariedade na atuação dos agentes públicos. A incidência de norma legal pode ampliar ou restringir o espaço de discricionariedade, mas não a elimina. Se o fizesse, não haveria discricionariedade no poder público, pois todo ele está permanentemente sujeito ao princípio da legalidade, conforme o art. 37, *caput*, da Constituição Federal de 1988.*/

Questão 56

No que tange aos requisitos para caracterizar responsabilidade extracontratual do Estado, assinale a opção correta.

- A Nem todo evento causador de dano relacionado ao serviço público configura a responsabilidade civil do Estado.
- B No caso de responsabilidade objetiva estatal, não existe elemento subjetivo relevante.

C Uma vez provados a existência de dano e o elemento subjetivo da conduta estatal, é cabível atribuir responsabilidade civil ao poder público.

D Pode-se configurar a responsabilidade civil do Estado por infração ao dever de diligência, desde que haja norma jurídica a impor condutas estatais específicas para a situação na qual ocorreu dano ao lesado.

JUSTIFICATIVAS

A - CERTO. Para se configurar a responsabilidade civil do estado, é preciso, entre outros elementos, haver conduta comissiva ou omissiva do estado, sem a qual o evento causador de dano, ainda que relacionado ao serviço público, poderá ter sido cometido por terceiro ou por culpa exclusiva da vítima, por exemplo. Em ambos os casos, afasta-se a responsabilidade civil do estado, por ausência de seus requisitos.*/

B - ERRADO. Mesmo no caso de responsabilidade objetiva do estado, sempre há um elemento subjetivo, uma vez que condutas são exteriorizações de vontades, sejam de agir em determinado sentido, sejam de não agir. O que não há, nesses casos, é a necessidade de o lesado provar o conteúdo desse elemento subjetivo.*/

C - ERRADO. Para configurar a responsabilidade civil do estado, não basta provar a existência do evento lesivo e do elemento subjetivo da conduta, pois esta precisa ser antijurídica. Se a conduta for lícita, pode não configurar a responsabilização.*/

D - ERRADO. Não há necessidade de norma jurídica a impor condutas estatais específicas para a situação na qual tenha ocorrido dano ao lesado a fim de configurar a responsabilidade civil do estado por infração ao dever de diligência. Esse dever é genérico para o estado, e seu descumprimento diante de situações previsíveis pode gerar responsabilidade civil.*/

Questão 57

Com referência à permissão e à concessão de serviços públicos, assinale a opção correta.

- A A diferença fundamental entre permissão e concessão de serviço público é o caráter definitivo da segunda.
- B Devido à precariedade das permissões, estas não precisam ser concedidas por meio de licitação.
- C No caso de concessão que exija realização de obra pública, esta deve ser objeto de concorrência específica, independente da licitação destinada à concessão e anterior a esta licitação.
- D Pessoas físicas não podem ser concessionárias de serviço público.

JUSTIFICATIVAS

A - ERRADO. Não há forma “definitiva” de prestação de serviço público por particular. Embora existam diferenças devido à precariedade da permissão, tanto esta quanto a concessão são provisórias.*/

B - ERRADO. Tanto as permissões quanto as concessões de serviço público devem ser outorgadas mediante licitação, por exigência expressa do art. 175 da Constituição Federal de 1988. A precariedade das permissões não conflita com a outorga por meio de licitação, pois aquela é da natureza do ato.*/

C - ERRADO. A concessão de serviço público precedida de execução de obra é uma das espécies de concessão e deve ser precedida de licitação abrangente, que contemple a execução da obra e a própria concessão, por meio da qual o concessionário se remunerará.*/

D - CERTO. Somente pessoas jurídicas podem ser concessionárias de serviço público, no regime da Lei de Concessões e Permissões (Lei n.º 8.987/1995), por força de disposição expressa de seu art. 2º, inciso II.*/

Questão 58

Assinale a opção correta com base na Lei Federal n.º 13.303/2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico das empresas públicas, das sociedades de economia mista e de suas subsidiárias.

- Ⓐ A referida lei aplica-se apenas às empresas públicas e sociedades de economia mista da administração pública federal.
- Ⓑ A lei em questão não se aplica à prestação de serviço público, mas apenas à exploração de atividade econômica por empresas estatais.
- Ⓒ A lei em apreço prevê situação em que um diretor ou empregado de empresa pública ou sociedade de economia mista possa ser sócio de outra empresa e que essa empresa, por sua vez, seja validamente contratada por uma daquelas sociedades estatais.
- Ⓓ Sociedades de economia mista devem ter a forma de sociedades anônimas, as quais são regidas integralmente pela lei em apreço, sem a incidência da lei geral das sociedades anônimas, a Lei n.º 6.404/1976.

JUSTIFICATIVAS

A - ERRADO. A Lei n.º 13.303/2016 aplica-se também aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, conforme disposição expressa do 1º, *caput*.*/

B - ERRADO. O art. 1º, *caput*, da Lei n.º 13.303/2016 prevê sua aplicabilidade não apenas à exploração de atividade econômica por empresas estatais, mas também aos casos de prestação de serviços públicos.*/

C - CERTO. A Lei n.º 13.303/2016, apenas proíbe diretor ou empregado da empresa pública ou sociedade de economia mista de participar de empresa por elas contratada se ele for administrador ou sócio detentor de mais de 5% do capital social da contratante, conforme o art. 38, inciso I, da lei.*/

D - ERRADO. A Lei das Sociedades Anônimas (Lei n.º 6.404/1976) continua aplicável, no que couber, às sociedades de economia mista, em virtude de expressa previsão constante nos arts. 4º e 5º da Lei n.º 13.303/2016.*/

Questão 59

Com referência ao controle legislativo da administração pública, assinale a opção correta.

- Ⓐ A competência do Congresso Nacional para realizar controle de atos da administração pública permite que qualquer parlamentar, individualmente, requisite informações do Poder Executivo, com caráter obrigatório.
- Ⓑ Com base no poder de sustação, o Congresso Nacional pode sustar a eficácia de atos normativos do Poder Executivo que exorbitem da competência deste, como decretos autônomos e medidas provisórias inconstitucionais.
- Ⓒ O controle político do Poder Legislativo abrange atos não só do Poder Executivo, mas também alguns atos do Poder Judiciário.
- Ⓓ O controle financeiro do Poder Legislativo possui a natureza de controle interno, voltado unicamente para aferir a validade dos atos do próprio Poder Legislativo.

JUSTIFICATIVAS

A - ERRADO. O poder de requisição de documentos por parlamentar, no exercício do controle político da administração pública, deve ser exercido de forma institucional e não individual.*/

B - ERRADO. O poder de sustação abrange atos normativos que exorbitem da função regulamentar do Poder Executivo, não abrangendo medidas provisórias inconstitucionais, que devem ser atacadas por meio dos mecanismos de controle concentrado ou difuso de constitucionalidade.*/

C - CERTO. O controle político realizado pelo Poder Legislativo tem fundamento constitucional e abrange atos do Poder

Executivo e do Poder Judiciário. Exemplos são a competência do Congresso Nacional para autorizar o presidente da República a ausentar-se do país e a possibilidade de instaurar processo de *impeachment* contra membros do Poder Judiciário.*/

D - ERRADO. O controle financeiro do Poder Legislativo abrange não apenas os atos do próprio poder, dimensão em que tem realmente a natureza de controle interno, mas também os atos do Executivo e do Judiciário.*/

Questão 60

Assinale a opção correta de acordo com o Decreto Distrital n.º 6.851/2006, que trata da aplicação de sanções administrativas previstas na Lei de Licitações e Contratos Administrativos e na Lei do Pregão.

- Ⓐ A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública tem prazo máximo de um ano.
- Ⓑ As multas por atraso injustificado na entrega de bem ou na execução de contrato calculam-se em percentual diário sobre as parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até certo limite, ou sobre o total do contrato, conforme a situação.
- Ⓒ Em situações de menor gravidade, é juridicamente possível aplicar advertência verbal à pessoa física ou jurídica que haja cometido falha em contrato com a administração pública do DF.
- Ⓓ Os recursos contra sanções aplicadas a licitantes e a contratantes com a administração pública do DF devem ser julgados pela autoridade superior àquela que haja aplicado a sanção, sem a possibilidade de juízo de reconsideração.

JUSTIFICATIVAS

A - ERRADO. De acordo com o art. 2º, inciso IV, do decreto distrital n.º 26.851/2006, a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública vigora enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.*/

B - CERTO. Essa sistemática está prevista no art. 4º, incisos I a V, e seu §3º, e no art. 4º-A do decreto distrital n.º 26.851/2006, o qual, conforme o caso, autoriza que a multa seja calculada em percentual diário ou sobre o total do contrato objeto de inadimplemento.*/

C - ERRADO. Não há previsão normativa no decreto distrital n.º 26.851/2006 de advertência verbal. O art. 3º do decreto conceitua a advertência como aviso por escrito, a ser expedido pela Subsecretaria de Compras e Licitações (SUCOM) ou pelo ordenador de despesas do órgão contratante, conforme o caso.*/

D - ERRADO. Ao contrário do que afirma a opção, os recursos comportam juízo de retratação da autoridade que haja praticado o ato recorrido, como esclarece o art. 9º, §1º, do decreto distrital n.º 26.851/2006.*/

Questão 61

Conforme as normas de organização da administração pública, desde que haja compatibilidade de horários, não há vedação de acúmulo de cargo público para

- Ⓐ dois empregos privativos de profissional de saúde, com profissões regulamentadas.
- Ⓑ um cargo ou emprego privativo de profissional de saúde com outro técnico ou científico.
- Ⓒ dois cargos de professor, apenas nos casos em que um deles seja em área técnica ou científica.
- Ⓓ um cargo de professor com outro de profissão regulamentada.

JUSTIFICATIVAS

A - Certo – A única opção certa é de dois empregos privativos de profissional de saúde, com profissões regulamentadas, de acordo com a linha “c”, inciso XVI, Art. 37 da CF. de 1988.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos

Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela EC n. 19/1998) (...)

XVI – é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI: (Redação dada pela EC n. 19/1998) a) a de dois cargos de professor; (Redação dada pela EC n. 19/1998) b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico; (Redação dada pela EC n. 19/1998) c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas; (Redação dada pela EC n. 34/2001)*/

B - Errado – A única opção certa é de dois empregos privativos de profissional de saúde, com profissões regulamentadas, de acordo com a linha “c”, inciso XVI, Art. 37 da CF. de 1988.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela EC n. 19/1998) (...)

XVI – é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI: (Redação dada pela EC n. 19/1998) a) a de dois cargos de professor; (Redação dada pela EC n. 19/1998) b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico; (Redação dada pela EC n. 19/1998) c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas; (Redação dada pela EC n. 34/2001)*/

C - Errado – A única opção certa é de dois empregos privativos de profissional de saúde, com profissões regulamentadas, de acordo com a linha “c”, inciso XVI, Art. 37 da CF. de 1988.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela EC n. 19/1998) (...)

XVI – é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI: (Redação dada pela EC n. 19/1998) a) a de dois cargos de professor; (Redação dada pela EC n. 19/1998) b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico; (Redação dada pela EC n. 19/1998) c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas; (Redação dada pela EC n. 34/2001)*/

D - Errado – A única opção certa é de dois empregos privativos de profissional de saúde, com profissões regulamentadas, de acordo com a linha “c”, inciso XVI, Art. 37 da CF. de 1988.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela EC n. 19/1998) (...)

XVI – é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI: (Redação dada pela EC n. 19/1998) a) a de dois cargos de professor; (Redação dada pela EC n. 19/1998) b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico; (Redação dada pela EC n. 19/1998) c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas; (Redação dada pela EC n. 34/2001)*/

Considerando as normas constitucionais de organização da administração pública pertinentes aos servidores públicos, julgue os itens seguintes.

- I As peculiaridades dos cargos, os requisitos para investidura e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira são critérios observados na fixação dos padrões de vencimento.
- II É permitida a incorporação da remuneração de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.
- III O servidor abrangido por regime próprio de previdência social aposentar-se-á, no âmbito da União, dos estados, do DF e dos municípios, aos 65 anos de idade, se for homem, e aos 62 anos de idade, se for mulher.

Assinale a opção correta.

- A Nenhum item está certo.
 B Apenas o item I está certo.
 C Apenas o item II está certo.
 D Apenas o item III está certo.

JUSTIFICATIVAS

A - Errado - Apenas o item I está certo, de acordo com o Art. 39, Par. 1º, incisos I, II e III da CF. O item II está errado porque não é permitida a incorporação de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo, conforme Art. 39, Pár. 9º; O item III está errado porque a idade de 65 anos para home e 62 para mulher é sô no âmbito da União, conforme Art. 40, Par. 1º, alínea III.

Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes. § 1º A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - os requisitos para a investidura; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

III - as peculiaridades dos cargos. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 9º É vedada a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.

§ 1º O servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado: III - no âmbito da União, aos 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, e aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na idade mínima estabelecida mediante emenda às respectivas Constituições e Leis Orgânicas, observados o tempo de contribuição e os demais requisitos estabelecidos em lei complementar do respectivo ente federativo.*/

B - Certo - Apenas o item I está certo, de acordo com o Art. 39, Par. 1º, incisos I, II e III da CF. O item II está errado porque não é permitida a incorporação de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo, conforme Art. 39, Pár. 9º; O item III está errado porque a idade de 65 anos para home e 62 para mulher é sô no âmbito da União, conforme Art. 40, Par. 1º, alínea III.

Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes. § 1º A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - os requisitos para a investidura; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

III - as peculiaridades dos cargos. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 9º É vedada a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.

§ 1º O servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado: III - no âmbito da União, aos 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, e aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na idade mínima estabelecida mediante emenda às respectivas Constituições e Leis Orgânicas, observados o tempo de contribuição e os demais requisitos estabelecidos em lei complementar do respectivo ente federativo.* /

C - Errado - Apenas o item I está certo, de acordo com o Art. 39, Par. 1º, incisos I, II e III da CF. O item II está errado porque não é permitida a incorporação de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo, conforme Art. 39, Pár. 9º; O item III está errado porque a idade de 65 anos para home e 62 para mulher é só no âmbito da União, conforme Art. 40, Par. 1º, alínea III.

Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes. § 1º A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - os requisitos para a investidura; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

III - as peculiaridades dos cargos. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 9º É vedada a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.

§ 1º O servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado: III - no âmbito da União, aos 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, e aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na idade mínima estabelecida mediante emenda às respectivas Constituições e Leis Orgânicas, observados o tempo de contribuição e os demais requisitos estabelecidos em lei complementar do respectivo ente federativo.* /

D - Errado - Apenas o item I está certo, de acordo com o Art. 39, Par. 1º, incisos I, II e III da CF. O item II está errado porque não é permitida a incorporação de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo, conforme Art. 39, Pár. 9º; O item III está errado porque a idade de 65 anos para home e 62 para mulher é só no âmbito da União, conforme Art. 40, Par. 1º, alínea III.

Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes. § 1º A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - os requisitos para a investidura; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

III - as peculiaridades dos cargos. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 9º É vedada a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.

§ 1º O servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado: III - no âmbito da União, aos 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, e aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na idade mínima estabelecida mediante emenda às respectivas Constituições e Leis Orgânicas, observados o tempo de contribuição e os demais requisitos estabelecidos em lei complementar do respectivo ente federativo.* /

Questão 63

Na administração pública, adoção do modelo gerencial é caracterizada

- Ⓐ pela fundamentação na ideia de ordenamento e dominação legitimada pela existência de normas bem definidas.
- Ⓑ pela utilização de ferramentas para aprimoramento da atuação dos órgãos governamentais em busca de eficiência e avanços na gestão econômico-financeira.
- Ⓒ pelo consentimento da apropriação de recursos estatais por grupos políticos e segmentos privados.
- Ⓓ pela hierarquização de cargos altamente especificada, com remuneração fixa baseada nessa hierarquização.

JUSTIFICATIVAS

A - Errado - As opções A e D estão focadas no modelo burocrático, a C no patrimonialismo. Somente a opção B é condizente com a administração pública gerencial que foca na eficiência e avanços na gestão econômico-financeira.

A institucionalização deste modelo está fundamentada nos estudos de Max Weber (1864-1920), o qual considera que as organizações podem tornar-se mais eficientes a partir da implementação de normas bem definidas. O raciocínio burocrático reside na ideia de ordenamento e dominação legitimada pela existência de normas (Weber, 1999).* /

B - Certo - As opções A e D estão focadas no modelo burocrático, a C no patrimonialismo. Somente a opção B é condizente com a administração pública gerencial que foca na eficiência e avanços na gestão econômico-financeira.

A institucionalização deste modelo está fundamentada nos estudos de Max Weber (1864-1920), o qual considera que as organizações podem tornar-se mais eficientes a partir da implementação de normas bem definidas. O raciocínio burocrático reside na ideia de ordenamento e dominação legitimada pela existência de normas (Weber, 1999).* /

C - Errado - As opções A e D estão focadas no modelo burocrático, a C no patrimonialismo. Somente a opção B é condizente com a administração pública gerencial que foca na eficiência e avanços na gestão econômico-financeira.

A institucionalização deste modelo está fundamentada nos estudos de Max Weber (1864-1920), o qual considera que as organizações podem tornar-se mais eficientes a partir da implementação de normas bem definidas. O raciocínio burocrático reside na ideia de ordenamento e dominação legitimada pela existência de normas (Weber, 1999).* /

D - Errado - As opções A e D estão focadas no modelo burocrático, a C no patrimonialismo. Somente a opção B é condizente com a administração pública gerencial que foca na eficiência e avanços na gestão econômico-financeira.

A institucionalização deste modelo está fundamentada nos estudos de Max Weber (1864-1920), o qual considera que as organizações podem tornar-se mais eficientes a partir da implementação de normas bem definidas. O raciocínio burocrático reside na ideia de ordenamento e dominação legitimada pela existência de normas (Weber, 1999).* /

D - Certo - I- Incentivar um maior compromisso com a gestão: A função pública sempre esteve ligada a motivações como a natureza do serviço e o compromisso com o interesse comum. No entanto, o tipo de atividade das instituições públicas pressupõe uma cadeia de intermediações que distancia a atuação dos gestores dos efeitos decorrentes de seus atos.

II- Estabelecer uma nova relação com a sociedade: Para atender a população temos de conhecê-la, conhecer seus pontos de vista e levá-los em consideração. A maior transparência na administração é, ao mesmo tempo, uma forma de responder ao público e uma maneira de dinamizar os sistemas de controle, de baixo custo e alta eficácia política. Quando a informação é acessível e clara, quando as contas públicas são exigíveis, o controle dos cidadãos pode tornar-se mais efetivo e adequado que os controles estritamente administrativos.

III- Revitalizar o sentido da função pública: A crítica contra o setor público afetou a imagem e o papel social dos funcionários. Ultimamente, no entanto, as tendências reformadoras atribuíram-lhes um papel cada vez mais atuante nas estratégias de mudança. Reconheceu-se que a forma de atuar das instituições públicas passa pela modificação das práticas e estilos de trabalho e pela preferência por estilos de gestão mais flexíveis, baseados na responsabilidade e na maior autonomia dos sujeitos.

Portanto, todos os itens estão certos.*/

Questão 66

Conforme os pressupostos da nova gestão pública, julgue os itens que se seguem.

- I *Accountability* envolve a prática de transparência, responsabilização e prestação de contas, bem como mecanismos de incentivo e sanção aos responsáveis pelo alcance de objetivos da política.
- II Entre outras ideias, governança possui relação com a existência de condições políticas para a sustentação de políticas públicas em um ambiente democrático.
- III Governabilidade diz respeito ao sistema pelo qual as instituições são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo sócios, representantes, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas.

Assinale a opção correta.

- A** Nenhum item está certo.
- B** Apenas o item I está certo.
- C** Apenas o item II está certo.
- D** Apenas o item III está certo.

JUSTIFICATIVAS

A - Certo - Governança pública: pode ser entendida como o sistema que determina o equilíbrio de poder entre os envolvidos — cidadãos, representantes eleitos (governantes), alta administração, gestores e colaboradores — com vistas a permitir que o bem comum prevaleça sobre os interesses de pessoas ou grupos.

Governança corporativa é o sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas.

A governabilidade está ligada, entre outras ideias, à existência de “condições políticas” para a sustentação de políticas públicas em ambiente democrático.

Accountability envolve, principalmente, transparência, responsabilização, comunicação e prestação sistemática de contas. Um arcabouço de *accountability* prevê, ainda, mecanismos de incentivo e sanção aos responsáveis pelo alcance dos objetivos da política, bem como instrumentos de imposição

de medidas corretivas. A responsabilização é especialmente importante em regimes democráticos.

Portanto, a sequência correta é: Governabilidade – *Accountability* – Governança.*/

B - Errado - Governança pública: pode ser entendida como o sistema que determina o equilíbrio de poder entre os envolvidos — cidadãos, representantes eleitos (governantes), alta administração, gestores e colaboradores — com vistas a permitir que o bem comum prevaleça sobre os interesses de pessoas ou grupos.

Governança corporativa é o sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas.

A governabilidade está ligada, entre outras ideias, à existência de “condições políticas” para a sustentação de políticas públicas em ambiente democrático.

Accountability envolve, principalmente, transparência, responsabilização, comunicação e prestação sistemática de contas. Um arcabouço de *accountability* prevê, ainda, mecanismos de incentivo e sanção aos responsáveis pelo alcance dos objetivos da política, bem como instrumentos de imposição de medidas corretivas. A responsabilização é especialmente importante em regimes democráticos.

Portanto, a sequência correta é: Governabilidade – *Accountability* – Governança.*/

C - Errado - Governança pública: pode ser entendida como o sistema que determina o equilíbrio de poder entre os envolvidos — cidadãos, representantes eleitos (governantes), alta administração, gestores e colaboradores — com vistas a permitir que o bem comum prevaleça sobre os interesses de pessoas ou grupos.

Governança corporativa é o sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas.

A governabilidade está ligada, entre outras ideias, à existência de “condições políticas” para a sustentação de políticas públicas em ambiente democrático.

Accountability envolve, principalmente, transparência, responsabilização, comunicação e prestação sistemática de contas. Um arcabouço de *accountability* prevê, ainda, mecanismos de incentivo e sanção aos responsáveis pelo alcance dos objetivos da política, bem como instrumentos de imposição de medidas corretivas. A responsabilização é especialmente importante em regimes democráticos.

Portanto, a sequência correta é: Governabilidade – *Accountability* – Governança.*/

D - Errado - Governança pública: pode ser entendida como o sistema que determina o equilíbrio de poder entre os envolvidos — cidadãos, representantes eleitos (governantes), alta administração, gestores e colaboradores — com vistas a permitir que o bem comum prevaleça sobre os interesses de pessoas ou grupos.

Governança corporativa é o sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas.

A governabilidade está ligada, entre outras ideias, à existência de “condições políticas” para a sustentação de políticas públicas em ambiente democrático.

Accountability envolve, principalmente, transparência, responsabilização, comunicação e prestação sistemática de

contas. Um arcabouço de accountability prevê, ainda, mecanismos de incentivo e sanção aos responsáveis pelo alcance dos objetivos da política, bem como instrumentos de imposição de medidas corretivas. A responsabilização é especialmente importante em regimes democráticos.

Portanto, a sequência correta é: Governabilidade – Accountability – Governança.* /

Questão 67

Para que a administração pública possa realizar uma correta gestão de *compliance*,

- Ⓐ os processos de *compliance* devem ser executados por todos os profissionais, independentemente das funções por eles ocupadas e dos seus perfis de conhecimento.
- Ⓑ todos os processos institucionais do órgão público devem ser documentados e monitorados por meio de controles.
- Ⓒ deve-se verificar a importância do que está sendo monitorado, se os controles são efetivos para garantir a geração de resultados e o custo-benefício do monitoramento.
- Ⓓ os mecanismos de monitoramento dos processos críticos devem ser estabelecidos e adotados extraordinariamente para checagem de situações pontuais.

JUSTIFICATIVAS

A - Errado - Os processos de Compliance devem ser executados por pessoal competente, de acordo com perfil e conhecimento definidos pela organização. Devem ser executados por profissionais livres de conflitos e interesses real ou potencial, cuja garantia deve ser demonstrada pela segregação de funções. Portanto, não devem ser executados por todos os profissionais de maneira irrestrita.* /

B - Errado - No sistema de compliance, os processos críticos devem ser: - descritos em procedimento documentado; - monitorados por meio de controles. Portanto, não são todos os processos que devem ser monitorados, mas somente os processos críticos.* /

C - Certo - Na administração pública é relevante a gestão do compliance, verificar se o que está sendo monitorado é realmente importante, se está chegando a algum resultado efetivo, se os controles são efetivos para garantir a geração de resultados se visa garantir a integridade do processo, qual o custo benefício dos sistemas de monitoramento. Portanto, o controle tem que ser inteligente para a gestão, para a entrega de resultados como é feito na iniciativa privada.* /

D - Errado - A organização deve estabelecer um mecanismo de monitoramento regular dos processos críticos de Compliance, com a finalidade de assegurar que estejam em conformidade com os procedimentos estabelecidos.* /

Questão 68

A iniciativa **Transformar todas as etapas e os serviços públicos digitalizáveis, até 2022**, inserida na estratégia de **Governo Digital** para o período de 2020 a 2022, objetivou proporcionar

- Ⓐ canais e serviços digitais simples e intuitivos.
- Ⓑ acesso digital único aos serviços públicos.
- Ⓒ serviços preditivos e personalizados ao cidadão.
- Ⓓ a oferta de serviços públicos digitais.

JUSTIFICATIVAS

A - Errado - Objetivo 3 - Canais e serviços digitais simples e intuitivos.

Iniciativa 3.1. Estabelecer padrão mínimo de qualidade para serviços públicos digitais, até 2020.

Iniciativa 3.2. Realizar, no mínimo, cem pesquisas de experiência com os usuários reais dos serviços públicos, até 2022.* /

B - Errado - Objetivo 4 - Acesso digital único aos serviços públicos

Iniciativa 4.1. Consolidar mil e quinhentos domínios do Governo federal no portal único gov.br, até 2020.

Iniciativa 4.2. Integrar todos os Estados à Rede Gov.br, até 2022.

Iniciativa 4.3. Consolidar a oferta dos aplicativos móveis na conta única do Governo federal nas lojas, até 2020.

Iniciativa 4.4: Ampliar a utilização do login único de acesso gov.br para mil serviços públicos digitais, até 2022.* /

C - Errado - Objetivo 9 - Serviços preditivos e personalizados ao cidadão.

Iniciativa 9.1. Implantar mecanismo de personalização da oferta de serviços públicos digitais, baseados no perfil do usuário, até 2022.

Iniciativa 9.2. Ampliar a notificação ao cidadão em, no mínimo, vinte e cinco por cento dos serviços digitais.* /

D - Certo - Objetivo 1 - Oferta de serviços públicos digitais

Iniciativa 1.1. Transformar todas as etapas e os serviços públicos digitalizáveis, até 2022

Iniciativa 1.2. Simplificar e agilizar a abertura, a alteração e a extinção de empresas no Brasil, de forma que esses procedimentos possam ser realizados em um dia, até 2022.* /

Questão 69

Na administração pública, a iniciativa tecnológica utilizada para aproximação com o cidadão, aperfeiçoamento das relações com o setor privado e maximização da eficiência das transações internas ao governo é denominada

- Ⓐ ERP.
- Ⓑ E-Business.
- Ⓒ E-Government.
- Ⓓ CRM.

JUSTIFICATIVAS

A - Errado - O ERP é uma categoria de SI (sistema de informação) que visa integrar e padronizar os processos internos às relações externas da organização, envolvendo transações com fornecedores, com parceiros e com clientes. Objetiva, também, aperfeiçoar a cadeia interna de valores.* /

B - Errado - O conceito e-business traduz a necessidade crescente de integração – via internet – de todas as áreas de negócio das organizações e de sistemas de naturezas diversas que envolvem ERPs, SCMs, CRMs etc. Esse conceito implementado na organização torna-se elemento de competitividade, pois pode permitir rapidez na troca de informações; refletir positivamente a imagem da organização para os clientes; buscar eficiência na comunicação com os integrantes do processo; e, principalmente, integrar a tecnologia com as estratégias de negócio.* /

C - Certo - Também conhecido como e-Gov, ou governo eletrônico, o e-government é uma iniciativa, por parte dos governos, nas diferentes esferas, de aproximar-se mais do cidadão, de aperfeiçoar suas relações com o setor privado e de maximizar a eficiência das transações intragoverno. Dessa forma, o setor público, apoiado na tecnologia da internet, provê um conjunto de serviços e de acessos a informações aos diferentes membros da sociedade.* /

D - Errado - O CRM é uma tecnologia de gerenciamento do relacionamento com o consumidor que envolve processos e SIs (sistemas de informações). Esse sistema busca a satisfação total do cliente, ou cidadão, considerando que todas as áreas de uma organização são responsáveis por isso e não apenas as áreas de atendimento, como seria de se esperar.* /

Questão 70

No que tange à ética na função pública, a disposição do servidor público em tornar as relações sociais mais fluentes ou menos áspers está relacionada à

- Ⓐ civilidade.
- Ⓑ imparcialidade.
- Ⓒ objetividade.

Ⓓ excelência.

JUSTIFICATIVAS

A - Certo - Civilidade – se baseia em uma disposição para tornar as relações sociais mais fluentes ou menos ásperas. Quanto mais competição e conflito existir no contexto dessas relações sociais, mais necessária será a civilidade, especialmente quando o Estado é o mediador desses conflitos.*/
 B - Errado - Imparcialidade - O serviço público envolve relacionamentos humanos que podem se chocar com nossos gostos e preferências pessoais – políticas, ideológicas, religiosas ou o que for. o exercício correto do ofício não pode deixar que esses gostos e preferências interfiram no que deve ser feito.*/
 C - Errado - Objetividade: significa uma abordagem razoavelmente distanciada e serena do trabalho a fazer. Isso não significa indiferença ou frieza: trata-se apenas de evitar que sentimentos explosivos atrapalhem o desempenho. Trata-se de educar as emoções para seguir o fluxo racional que leva ao sucesso do trabalho.*/
 D - Errado – Excelência: o trabalho profissional é a busca incessante da perfeição, mas quase nunca alcançaremos a perfeição, sendo que, ao buscá-la chegaremos ao melhor possível.*/
Questão 71

x	frequência absoluta
0	1
1	2
2	4
3	0
4	2
total	9

Considerando que a tabela precedente represente a distribuição de frequências absolutas de uma variável quantitativa x, é correto afirmar que, em relação a x, a média será

- Ⓐ igual à mediana e igual à moda.
- Ⓑ igual à mediana, que é menor que a moda.
- Ⓒ menor que a mediana, que é menor que a moda.
- Ⓓ maior que a mediana, que é maior que a moda.

JUSTIFICATIVAS

A - **CERTO.** A média é igual a 2, pois $\frac{0 \times 1 + 1 \times 2 + 2 \times 4 + 3 \times 0 + 4 \times 2}{9} = 2$. A mediana é igual a 2, uma vez que 50% das observações são menores ou iguais a 2 e, simultaneamente, 50% das observações são maiores ou iguais a 2. A moda é igual a 2, pois 2 é a observação mais frequente. Portanto, média = mediana = moda.*/
 B - **Errado.** A mediana é igual a 2, uma vez que 50% das observações são menores ou iguais a 2 e, simultaneamente, 50% das observações são maiores ou iguais a 2. A moda é igual a 2, pois 2 é a observação mais frequente. Logo, não é correto afirmar que mediana < moda.*/
 C - **Errado.** A média é igual a 2, pois $\frac{0 \times 1 + 1 \times 2 + 2 \times 4 + 3 \times 0 + 4 \times 2}{9} = 2$, e a moda é igual a 2, pois 2 é a observação mais frequente. Logo, não é correto afirmar que média < mediana nem que mediana < moda.*/
 D - **Errado.** A mediana é igual a 2, uma vez que 50% das observações são menores ou iguais a 2 e, simultaneamente, 50% das observações são maiores ou iguais a 2. A média também é igual a 2, pois $\frac{0 \times 1 + 1 \times 2 + 2 \times 4 + 3 \times 0 + 4 \times 2}{9} = 2$. Assim, não é correto afirmar que média > mediana nem que mediana > moda.*/
Questão 72

Um conjunto é composto por quatro elementos, com média amostral e variância amostral iguais a 5 e 4, respectivamente. Um quinto elemento igual a zero foi inserido no conjunto, modificando os valores da média amostral e da variância amostral.

Nessa situação hipotética, a variância amostral desse conjunto com cinco elementos será igual a

- Ⓐ 3.
- Ⓑ 4.
- Ⓒ 8.
- Ⓓ 10.

JUSTIFICATIVAS

A - **Errado.** Com a inclusão da quinta observação, a média do conjunto de dados será igual a 5 e o valor da soma dos quadrados passará a ser igual a 112. Por isso, $s^2 = \frac{\sum_{i=1}^5 y_i^2 - 5(4)^2}{5-1} = 8 \neq 3$.*/
 B - **Errado.** Com a inclusão da quinta observação, a média do conjunto de dados será igual a 5 e o valor da soma dos quadrados passará a ser igual a 112. Por isso, $s^2 = \frac{\sum_{i=1}^5 y_i^2 - 5(4)^2}{5-1} = 8 \neq 4$.*/
 C - **CERTO.** Em primeiro lugar, como $\sum_{i=1}^4 y_i = 5 \times 4 = 20$, com a inclusão da quinta observação nula, a média desse novo conjunto de dados será $\frac{\sum_{i=1}^5 y_i}{5} = \frac{20}{5} = 4$. Em segundo lugar, a partir da variância amostral do conjunto de dados inicial, pode-se concluir que $\sum_{i=1}^4 y_i^2 - 4(5)^2 = 4 \times 3 = 12$, ou seja, $\sum_{i=1}^4 y_i^2 = 112 = \sum_{i=1}^5 y_i^2$, já que a quinta observação é nula. Finalmente, basta recalcular a variância com base nas estatísticas atualizadas: $\frac{\sum_{i=1}^5 y_i^2 - 5(4)^2}{5-1} = \frac{112-80}{4} = 8$.*/
 D - **Errado.** Com a inclusão da quinta observação, a média do conjunto de dados será igual a 5 e o valor da soma dos quadrados passará a ser igual a 112. Por isso, $s^2 = \frac{\sum_{i=1}^5 y_i^2 - 5(4)^2}{5-1} = 8 \neq 10$.*/
Questão 73

Caso, em um espaço amostral Ω , $A \subset \Omega$ e $B \subset \Omega$ forem eventos aleatórios tais que $P(B|A) = 2P(A|B)$ e $2P(A \cup B) = 5P(A)$, sendo $P(A) > 0$, $P(B) > 0$ e $P(A|B) > 0$, então $P(B|A)$ será igual a

- Ⓐ 0,20.
- Ⓑ 0,50.
- Ⓒ 0,70.
- Ⓓ 0,80.

JUSTIFICATIVAS

A - **Errado.** Das definições básicas e axiomas de probabilidade e da definição de probabilidade condicional, tem-se $P(A \cup B) = P(A) + P(B) - P(A \cap B)$ e $\frac{P(B|A)}{P(A|B)} = \frac{P(A \cap B)}{P(A)} \cdot \frac{P(B)}{P(A \cap B)} = \frac{P(B)}{P(A)}$.
 Dividindo-se a primeira propriedade por $P(A)$, obtém-se $\frac{P(A \cup B)}{P(A)} = 1 + \frac{P(B)}{P(A)} - \frac{P(A \cap B)}{P(A)} = \frac{5}{2} = 1 + \frac{P(B|A)}{P(A|B)} - P(B|A) = 1 + 2 - P(B|A)$. Logo, $P(B|A) = 3 - 2,5 = 0,50 \neq 0,20$.*/
 B - **CERTO.** Das definições básicas e axiomas de probabilidade e da definição de probabilidade condicional, tem-se $P(A \cup B) = P(A) + P(B) - P(A \cap B)$ e $\frac{P(B|A)}{P(A|B)} = \frac{P(A \cap B)}{P(A)} \cdot \frac{P(B)}{P(A \cap B)} = \frac{P(B)}{P(A)}$.
 Dividindo-se a primeira propriedade por $P(A)$, obtém-se $\frac{P(A \cup B)}{P(A)} = 1 + \frac{P(B)}{P(A)} - \frac{P(A \cap B)}{P(A)} = \frac{5}{2} = 1 + \frac{P(B|A)}{P(A|B)} - P(B|A) = 1 + 2 - P(B|A)$. Logo, $P(B|A) = 3 - 2,5 = 0,50$.*/
 C - **Errado.** Das definições básicas e axiomas de probabilidade e da definição de probabilidade condicional, tem-se $P(A \cup B) = P(A) + P(B) - P(A \cap B)$ e $\frac{P(B|A)}{P(A|B)} = \frac{P(A \cap B)}{P(A)} \cdot \frac{P(B)}{P(A \cap B)} = \frac{P(B)}{P(A)}$.
 Dividindo-se a primeira propriedade por $P(A)$, obtém-se $\frac{P(A \cup B)}{P(A)} = 1 + \frac{P(B)}{P(A)} - \frac{P(A \cap B)}{P(A)} = \frac{5}{2} = 1 + \frac{P(B|A)}{P(A|B)} - P(B|A) = 1 + 2 - P(B|A)$. Logo, $P(B|A) = 3 - 2,5 = 0,50 \neq 0,70$.*/
 D - **Errado.** Das definições básicas e axiomas de probabilidade e da definição de probabilidade condicional, tem-se $P(A \cup B) = P(A) + P(B) - P(A \cap B)$ e $\frac{P(B|A)}{P(A|B)} = \frac{P(A \cap B)}{P(A)} \cdot \frac{P(B)}{P(A \cap B)} = \frac{P(B)}{P(A)}$.
 Dividindo-se a primeira propriedade por $P(A)$, obtém-se

$$\frac{P(A \cup B)}{P(A)} = 1 + \frac{P(B)}{P(A)} - \frac{P(A \cap B)}{P(A)} = \frac{5}{2} = 1 + \frac{P(B|A)}{P(A|B)} - P(B|A) = 1 + 2 - P(B|A). \text{ Logo, } P(B|A) = 3 - 2,5 = 0,50 \neq 0,80.* /$$

Questão 74

Caso uma amostra aleatória simples, sem reposição, de tamanho $n = 3$, seja retirada de uma população constituída por $N = 10$ elementos e representada pelo conjunto $\{Y_1, Y_2, \dots, Y_{10}\}$, o total de configurações nesse tipo de levantamento será igual a

- A 1.000.
- B 720.
- C 240.
- D 120.

JUSTIFICATIVAS

A - **Errado.** O total de configurações possíveis em uma amostragem aleatória simples sem reposição é $\binom{N}{n} = \binom{10}{3} =$

$$\frac{10!}{3!7!} = \frac{10 \cdot 9 \cdot 8}{3 \cdot 2} = 40 \times 3 = 120 < 10^3 = 1.000.* /$$

B - **Errado.** O total de configurações possíveis em uma amostragem aleatória simples sem reposição é $\binom{N}{n} = \binom{10}{3} =$

$$\frac{10!}{3!7!} = \frac{10 \cdot 9 \cdot 8}{3 \cdot 2} = 40 \times 3 = 120 < 720.* /$$

C - **Errado.** O total de configurações possíveis em uma amostragem aleatória simples sem reposição é $\binom{N}{n} = \binom{10}{3} =$

$$\frac{10!}{3!7!} = \frac{10 \cdot 9 \cdot 8}{3 \cdot 2} = 40 \times 3 = 120 < 240.* /$$

D - **CERTO.** O total de configurações possíveis em uma amostragem aleatória simples sem reposição é $\binom{N}{n} = \binom{10}{3} =$

$$\frac{10!}{3!7!} = \frac{10 \cdot 9 \cdot 8}{3 \cdot 2} = 40 \times 3 = 120.* /$$

Questão 75

Uma amostragem por conglomerados será efetuada para o estudo dos tipos de erros encontrados nas páginas de M diferentes livros produzidos por certa editora. Cada livro k , em que $k \in \{1, \dots, M\}$, é constituído por N_k páginas, divididas em capítulos. Nessa amostragem, considera-se cada livro k como um conglomerado de N_k páginas.

Nessa situação hipotética, se o livro $k = 1$ for selecionado aleatoriamente para compor a amostra desse estudo, então deve-se

- A extrair uma amostra aleatória simples de n_1 páginas desse livro, sendo $n_1 < N_1$ o tamanho da amostra de páginas a ser estabelecida para esse livro em particular.
- B extrair uma amostra aleatória sistemática, totalizando n_1 páginas a serem examinadas nesse livro em particular, sendo $n_1 < N_1$ o tamanho da amostra de páginas a ser definida para o livro $k = 1$.
- C extrair uma amostra aleatória estratificada de acordo com os capítulos que constituem o livro $k = 1$.
- D efetuar um censo, examinando-se todas as N_1 páginas que constituem o livro $k = 1$.

JUSTIFICATIVAS

A - **Errado.** Na amostragem por conglomerados, as páginas dos livros sorteados não são objetos de seleção aleatória.* /

B - **Errado.** Na amostragem por conglomerados, as páginas dos livros sorteados não são objetos de seleção aleatória.* /

C - **Errado.** Na amostragem por conglomerados, as páginas dos livros sorteados não são objetos de seleção aleatória.* /

D - **CERTO.** Nessa amostragem por conglomerados, cada livro representa uma unidade amostral. Por isso, todas as páginas desse livro serão objetos de exame desse estudo.* /

Texto 1A3-I

Figura 1A3-I

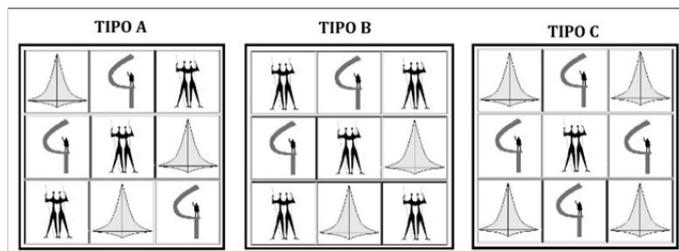


Figura 1A3-II

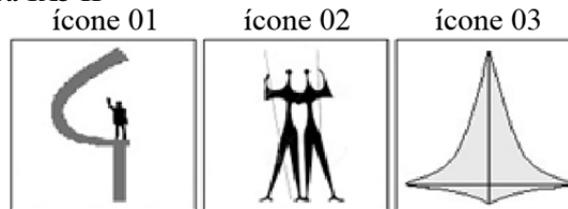


Figura 1A3-III

MOSAICO BRASÍLIA

Tipo A	Tipo C	Tipo B	Tipo A	Tipo C	Tipo A	Tipo C	Tipo B	Tipo A	Tipo C
Tipo B	Tipo A	Tipo C	Tipo A	Tipo C	Tipo B	Tipo A	Tipo C	Tipo A	Tipo C

Os três tipos de azulejos (A, B e C) mostrados na figura 1A3-I foram criados a partir dos três ícones representados na figura 1A3-II, para a comemoração do aniversário de 63 anos de Brasília. O **Mosaico Brasília**, esboçado na figura 1A3-III, possui 20 azulejos dos tipos mostrados na figura 1A3-I e está montado na entrada do Museu de Arte de Brasília.

Questão 76

Considerando-se, que, no texto 1A3-I, o azulejo do tipo A é formado por figuras dispostas em três linhas e três colunas, em que não há repetição de figuras por linha nem por coluna, é correto afirmar que o número de azulejos que podem ser formados com a mesma configuração do azulejo do tipo A, isto é, em que as três figuras em cada linha são distintas e as três figuras em cada coluna também são distintas,

- A é igual ou superior a 20.
- B está entre 15 e 19.
- C está entre 10 e 14.
- D é igual ou inferior a 9.

JUSTIFICATIVAS

A - **Opção incorreta.** Erro nos cálculos de possíveis distribuições das três figuras.* /

B - **Opção incorreta.** Erro nos cálculos de possíveis distribuições das três figuras.* /

C - **Opção correta.** Considerando-se a figura como uma matriz 3×3 , observe-se que basta determinar as posições (1,1), (1,2) e (2,1) e todas as demais serão imediatamente definidas. Para a posição (1,1), tem-se 3 possibilidades; para a posição (1,2), tem-se 2 possibilidades; e para a posição (2,1) tem-se 2 possibilidades. No total, tem-se $3 \times 2 \times 2 = 12$ possibilidades.* /

D - **Opção incorreta.** Erro nos cálculos de possíveis distribuições das três figuras.* /

Questão 77

Inspirados no **Mosaico Brasília**, referido no texto 1A3-I, os alunos de uma escola do Distrito Federal criaram um mosaico gigante com duas linhas de 100 azulejos, seguindo o mesmo padrão de disposição de azulejos do **Mosaico Brasília**, tendo sido eles numerados conforme a figura a seguir.

MOSAICO GIGANTE

1	3	5	...	195	197	199
2	4	6	...	196	198	200

Com base nessas informações, é correto afirmar que, no mosaico gigante,

- A o azulejo de número 32 é do tipo C e o de número 101 é do tipo B.
- B o azulejo de número 44 é do tipo C e o de número 123 é do tipo A.
- C o azulejo de número 56 é do tipo B e o de número 157 é do tipo C.
- D o azulejo de número 98 é do tipo A e o de número 189 é do tipo C.

JUSTIFICATIVAS

- A - Opção incorreta. Erro na interpretação do enunciado do item, e de reconhecimento do padrão.*/
- B - Opção incorreta. Erro na interpretação do enunciado do item, e de reconhecimento do padrão.*/
- C - Opção incorreta. Erro na interpretação do enunciado do item, e de reconhecimento do padrão.*/
- D - Opção correta. No mosaico gigante, as colunas se repetem de cinco em cinco em cada coluna, seguindo o padrão a seguir.

A ₁	C ₃	B ₅	A ₇	C ₉
B ₂	A ₄	C ₆	A ₈	C ₁₀

Portanto, 98 corresponde ao 8, que é do tipo A, e 189 corresponde ao 9, que é do tipo C.*/

Questão 78

O Mosaico Brasília, mencionado no texto 1A3-I, pode ser considerado uma matriz com 6 linhas e 30 colunas, já que cada azulejo pode ser visto como uma matriz 3 × 3, de forma que, em cada uma das 180 (6 × 30) entradas dessa matriz, há um dos ícones da figura 1A3-II. Nesse caso, a probabilidade de se escolher uma entrada ao acaso dessa matriz e encontrar o ícone 03 está no intervalo

- A (0, 20/100).
- B (21/100, 37/100).
- C (38/100, 46/100)
- D (47/100, 64/100)

JUSTIFICATIVAS

- A - Opção incorreta. Erro de cálculo e de interpretação do item e no cálculo da probabilidade.*/
- B - Opção correta. Existem $8 \times 3 + 4 \times 2 + 8 \times 4 = 64$ ícones 03 nessa matriz, logo a probabilidade de se escolher uma entrada com o ícone 03 é igual a $64/180 \approx 0,355$.*/
- C - Opção incorreta. Erro de cálculo e de interpretação do item e no cálculo da probabilidade.*/
- D - Opção incorreta. Erro de cálculo e de interpretação do item e no cálculo da probabilidade.*/

Questão 79

P	Q	R
V	V	V
V	V	F
V	F	V
V	F	F
F	V	V
F	V	F
F	F	V
F	F	F

A sequência de valores V ou F, considerada no sentido vertical, de cima para baixo, da proposição lógica $R \vee (Q \wedge P) \leftrightarrow (P \vee R) \wedge (R \vee Q)$, assumindo-se os valores de P, Q e R como os da tabela-verdade precedente, é

- A V, V, V, V, V, V, V, V, V.

- E V, V, V, V, V, V, F, F.
- C V, V, F, F, V, V, F, F.
- D V, V, V, V, F, F, F, F.

JUSTIFICATIVAS

- A - Opção correta. Essa é a propriedade distributiva, portanto uma tautologia, ou seja, todas as entradas são V.*/
- B - Opção incorreta. Erro na construção da tabela verdade.*/
- C - Opção incorreta. Erro na construção da tabela verdade.*/
- D - Opção incorreta. Erro na construção da tabela verdade.*/

Questão 80

O lema apresentado em nossa bandeira — *Ordem e Progresso* — é a diretriz escolhida para nortear a conduta da sociedade brasileira, e a expressão desse lema pela sociedade é consequência de sua maturidade social e de seu desenvolvimento econômico.

O texto precedente pode ser expresso corretamente pela proposição lógica

- A P.
- B $P \wedge Q$.
- C $P \rightarrow (Q \wedge R)$.
- D $(P \wedge Q) \rightarrow R$.

JUSTIFICATIVAS

- A - Opção incorreta. Erro na interpretação do texto, confundindo os conectivos lógicos com as palavras “consequência” e a conjunção “e”.*/
- B - Opção correta. Sentença é uma proposição lógica, se for possível associar a ela o valor falso ou verdadeiro. Nesse caso, têm-se duas proposições lógicas unidas pelo conectivo lógico de conjunção, ou seja, “^”.*/
- C - Opção incorreta. Erro na interpretação do texto, confundindo os conectivos lógicos com as palavras “consequência” e a conjunção “e”.*/
- D - Opção incorreta. Erro na interpretação do texto, confundindo os conectivos lógicos com as palavras “consequência” e a conjunção “e”.*/

Questão 81

Com base nos conceitos e critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, julgue os itens a seguir.

- I Uma receita obtida pela atualização cambial de uma exportação realizada é um outro resultado abrangente e, como tal, gera uma mutação no patrimônio líquido.
- II Notas explicativas contêm descrições narrativas ou segregações e aberturas de itens divulgados das demais demonstrações contábeis e informação acerca de itens que não se enquadram nos critérios de reconhecimento dessas demonstrações.
- III A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados é obrigatória, segundo a Lei n.º 6.404/1976 e o Pronunciamento CPC 26 (R1).
- IV Deve ser apresentada, ou em nota explicativa ou na demonstração de mutações do patrimônio líquido, uma análise de como os outros resultados abrangentes afetaram cada um dos componentes do patrimônio líquido.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e IV.
- D III e IV.

JUSTIFICATIVAS

A - Opção incorreta. O conceito de Notas Explicativas está correto, mas o Item I está incorreto pois trata-se de um resultado abrangente e não um "outro resultado abrangente". Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa

(incluindo ajustes de reclassificação), que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC. Uma atualização cambial de uma exportação é reconhecida na Demonstração de Resultado, tratando-se, portanto, de um resultado abrangente.*/

B - Opção incorreta. Como exposto em "A", o item I está incorreto, pois trata-se de um resultado abrangente. O item III também está incorreto, pois os pronunciamentos do CPC não reconhecem a DLPA, figurando apenas como coluna da DMPL.*/

C - Opção correta. O Item II está correto "Notas explicativas contém informação adicional em relação à apresentada nas demonstrações contábeis. As notas explicativas oferecem descrições narrativas ou segregações e aberturas de itens divulgados nessas demonstrações e informação acerca de itens que não se enquadram nos critérios de reconhecimento nas demonstrações contábeis." Também está correto o Item IV, pois "Para cada componente do patrimônio líquido, a entidade deve apresentar, ou na demonstração das mutações do patrimônio líquido ou nas notas explicativas, uma análise dos outros resultados abrangentes por item"*/

D - Opção incorreta. O Item IV está correto, pois a análise dos outros resultados abrangentes pode ser apresentada tanto nas Notas Explicativas quanto na DMPL, mas o item III está incorreto, visto que os pronunciamentos do CPC não reconhecem a DLPA, figurando apenas como coluna da DMPL.*/

Questão 82

conta	acréscimo e decréscimo (valores em R\$)
caixa e equivalentes	620.000
recebíveis	170.000
estoques para venda	490.000
imobilizados	1.230.000
depreciação acumulada	930.000
fornecedores	440.000
salários e encargos	30.000
impostos e taxas	60.000
debêntures a pagar	20.000
dívidas de longo prazo	430.000
impostos diferidos	20.000
capital social	20.000
lucros acumulados	1.120.000

Considerando que, na tabela acima, estejam demonstradas as variações de saldos contábeis de balanço entre dois exercícios subsequentes e que, segundo a DLPA, o lucro líquido do último exercício considerado tenha sido de R\$ 1.400.000, e desse valor tenham sido pagos R\$ 280.000 em dividendos, conclui-se que o caixa das atividades de financiamento representou

- A um consumo de caixa superior a R\$ 700.000.
- B um consumo de caixa inferior a R\$ 700.000.
- C uma geração de caixa inferior a R\$ 700.000.
- D uma geração de caixa superior a R\$ 700.000.

JUSTIFICATIVAS

A - Opção incorreta. Representam atividades de financiamento as movimentações em Debêntures a pagar (20), em Dívidas de Longo Prazo (430), em Capital Social (20) e o pagamento de dividendos (280). O pagamento de Dívidas de Longo Prazo e de Dividendos representam consumos de caixa, enquanto que o crescimento no saldo de Debêntures a pagar e no Capital Social representam origens de caixa, portanto as atividades de financiamento consumiram R\$ 670 mil em caixa.*/

B - Opção correta. Representam atividades de financiamento as movimentações em Debêntures a pagar (20), em Dívidas de Longo Prazo (430), em Capital Social (20) e o pagamento de

dividendos (280). O pagamento de Dívidas de Longo Prazo e de Dividendos representam consumos de caixa, enquanto que o crescimento no saldo de Debêntures a pagar e no Capital Social representam origens de caixa, portanto as atividades de financiamento consumiram R\$ 670 mil em caixa.*/

C - Opção incorreta. Representam atividades de financiamento as movimentações em Debêntures a pagar (20), em Dívidas de Longo Prazo (430), em Capital Social (20) e o pagamento de dividendos (280). O pagamento de Dívidas de Longo Prazo e de Dividendos representam consumos de caixa, enquanto que o crescimento no saldo de Debêntures a pagar e no Capital Social representam origens de caixa, portanto as atividades de financiamento consumiram R\$ 670 mil em caixa.*/

D - Opção incorreta. Representam atividades de financiamento as movimentações em Debêntures a pagar (20), em Dívidas de Longo Prazo (430), em Capital Social (20) e o pagamento de dividendos (280). O pagamento de Dívidas de Longo Prazo e de Dividendos representam consumos de caixa, enquanto que o crescimento no saldo de Debêntures a pagar e no Capital Social representam origens de caixa, portanto as atividades de financiamento consumiram R\$ 670 mil em caixa.*/

Questão 83

Uma indústria de máquinas pesadas efetuou uma venda no valor de R\$ 10 milhões que deveriam ser recebidos após 14 meses. A transação embutia juros de 2% ao mês sendo o comportamento do saldo devedor da transação ao longo do período refletido na tabela a seguir.

período multiplicador	
inicial	0,00000000
01	1,02000000
14	1,31947876

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção em que é corretamente representada a forma de escrituração inicial e de reconhecimento da primeira parcela de juros embutidos.

- A Pelo reconhecimento da Venda
 - Debite – Contas a receber a longo prazo
 - Credite – Receita de vendas
 - Valor R\$ 7.578.750,26
 - Pela atualização do direito decorrido o primeiro mês
 - Debite – Contas a receber a longo prazo
 - Credite – Receita financeira comercial
 - Valor R\$ 151.575,01
- B Pelo reconhecimento da Venda
 - Debite – Receita bruta de vendas
 - Credite – Contas a receber a longo prazo
 - Valor R\$ 10 milhões
 - Debite – Ajuste a valor presente
 - Credite – Receita bruta de vendas
 - Valor R\$ 3.194.787,60
 - Pela primeira parcela de juros transcorrida
 - Debite – Ajuste a valor presente
 - Credite – Receita financeira comercial
 - Valor R\$ 200.000,00
- C Pelo reconhecimento da Venda
 - Debite – Contas a receber a longo prazo
 - Credite – Receita bruta de vendas
 - Valor R\$ 13.194.787,60
 - Debite – Receita bruta de vendas
 - Credite – Ajuste a valor presente
 - Valor R\$ 3.194.787,60
 - Pela apropriação da primeira parcela de juros embutidos
 - Debite – Ajuste a valor presente
 - Credite – Receita financeira comercial
 - Valor R\$ 263.895,75

- D** Pelo reconhecimento da Venda
 Debite – Contas a receber a longo prazo
 Credite – Receita bruta de vendas
 Valor R\$ 10 milhões
 Debite – Receita bruta de vendas
 Credite – Ajuste a valor presente
 Valor R\$ 2.421.249,74
 Pela apropriação da primeira parcela de juros embutidos
 Debite – Ajuste a valor presente
 Credite – Receita financeira comercial
 Valor R\$ 151.575,01

JUSTIFICATIVAS

A - Opção incorreta. O valor presente da transação é dado por $R\$ 10.000.000 / 1,31947876 = 7.578.750,26$. A primeira parcela de juros é 2% desse valor presente, ou seja, R\$ 151.575,01.

Como a taxa de juros é previamente conhecida então o valor da transação deve ser inicialmente contabilizado pelo valor final da transação retificado pelo valor dos juros a transcorrer e, mensalmente, esses juros serão apropriados como receita financeira comercial.

Portanto a contabilização será

Pela Venda

- Debite – Contas a receber a longo prazo
 Credite – Receita bruta de vendas
 Pelo valor dos juros a transcorrer
 Debite – Receita bruta de vendas
 Credite – Ajuste a valor presente
 Pela apropriação mensal de juros
 Debite – Ajuste a valor presente
 Credite – Receita financeira comercial*/

B - Opção incorreta. O valor presente da transação é dado por $R\$ 10 milhões / 1,31947876 = 7.578.750,26$. A primeira parcela de juros é 2% desse valor presente, ou seja, R\$ 151.575,01.

Como a taxa de juros é previamente conhecida então o valor da transação deve ser inicialmente contabilizado pelo valor final da transação retificado pelo valor dos juros a transcorrer e, mensalmente, esses juros serão apropriados como receita financeira comercial.

Portanto a contabilização será

Pela Venda

- Debite – Contas a receber a longo prazo
 Credite – Receita bruta de vendas
 Pelo valor dos juros a transcorrer
 Debite – Receita bruta de vendas
 Credite – Ajuste a valor presente
 Pela apropriação mensal de juros
 Debite – Ajuste a valor presente
 Credite – Receita financeira comercial*/

C - Opção incorreta. O valor presente da transação é dado por $R\$ 10 milhões / 1,31947876 = 7.578.750,26$. A primeira parcela de juros é 2% desse valor presente, ou seja, R\$ 151.575,01.

Como a taxa de juros é previamente conhecida então o valor da transação deve ser inicialmente contabilizado pelo valor final da transação retificado pelo valor dos juros a transcorrer e, mensalmente, esses juros serão apropriados como receita financeira comercial.

Portanto a contabilização será

Pela Venda

- Debite – Contas a receber a longo prazo
 Credite – Receita bruta de vendas
 Pelo valor dos juros a transcorrer
 Debite – Receita bruta de vendas
 Credite – Ajuste a valor presente
 Pela apropriação mensal de juros
 Debite – Ajuste a valor presente
 Credite – Receita financeira comercial*/

D - Opção correta. O valor presente da transação é dado por $R\$ 10 milhões / 1,31947876 = 7.578.750,26$. A primeira parcela de juros é 2% desse valor presente, ou seja, R\$ 151.575,01.

Como a taxa de juros é previamente conhecida então o valor da transação deve ser inicialmente contabilizado pelo valor final da transação retificado pelo valor dos juros a transcorrer e, mensalmente, esses juros serão apropriados como receita financeira comercial.

Portanto a contabilização será

Pela Venda

- Debite – Contas a receber a longo prazo
 Credite – Receita bruta de vendas
 Pelo valor dos juros a transcorrer
 Debite – Receita bruta de vendas
 Credite – Ajuste a valor presente
 Pela apropriação mensal de juros
 Debite – Ajuste a valor presente
 Credite – Receita financeira comercial*/

Questão 84

Segundo a regra geral do reconhecimento inicial, a entidade deve mensurar o ativo financeiro ou o passivo financeiro conforme o seu valor justo, retificado, se for o caso, pelos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão do ativo financeiro ou passivo financeiro.

Com base nessa informação, assinale a opção em que é apresentada a exceção a essa regra.

- A** contas a receber
B instrumentos de *hedge*
C títulos de emissão de terceiros
D debêntures não conversíveis em ações

JUSTIFICATIVAS

A - Correto. No reconhecimento inicial, a entidade deve mensurar contas a receber de clientes ao seu preço de transação e não pelo seu valor justo.*/*

B - Errado. Ativo financeiro utilizado como instrumento de *hedge* segue a regra geral para reconhecimento inicial de ativos financeiros.*/*

C - Errado. Títulos de emissão de terceiros seguem a regra geral para reconhecimento inicial de ativos financeiros.*/*

D - Errado. Debênture é um instrumento financeiro, passivo se de emissão da própria companhia ou ativo, se de emissão de terceiro, em qualquer um dos dois casos segue a regra geral para reconhecimento inicial de ativos financeiros.*/*

Questão 85

A precificação por matriz é técnica de avaliação a valor justo que não se apoia exclusivamente em preços cotados para o item em avaliação, mas, sim, na relação deste com outros itens cotados de referência, constituindo uma técnica com abordagem

- A** de custo.
B da receita.
C de mercado.
D do valor presente.

JUSTIFICATIVAS

A - Errado. A abordagem de custo reflete o valor que seria necessário atualmente para substituir a capacidade de serviço de ativo, o que não é o caso da precificação por matriz.*/*

B - Errado. A abordagem da receita converte valores futuros (por exemplo, fluxos de caixa ou receitas e despesas) em um valor único atual (ou seja, descontado), não sendo necessário, portanto, o uso de valor de um ativo de mercado.*/*

C - Correto. A precificação por matriz está baseada em valor de mercado, ainda que não apenas do item em avaliação, constituindo-se uma abordagem de mercado.*/*

D - Errado. Avaliar um item a valor presente é a base da abordagem da receita, não se confundindo com a precificação por matriz. */

Questão 86

Uma unidade de produção industrial apresenta, em dado exercício, valor contábil líquido de R\$ 445.000. O valor de mercado dessa unidade é de R\$ 480.000, mas sua venda implicaria custos de R\$ 45.000. Por outro lado, essa unidade ainda tem capacidade produtiva para mais 750 mil unidades, que serão vendidas por R\$ 0,60 a unidade, com custos de venda de 4%.

Em relação às condições apresentadas nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- Ⓐ A unidade de produção encontra-se subavaliada pois seu valor contábil líquido é menor que seu valor de mercado.
- Ⓑ Verifica-se uma perda de recuperabilidade de R\$ 10.000, que deve ser reconhecida como perda.
- Ⓒ Uma provisão para perda de valor recuperável no valor de R\$ 13.000 deve ser reconhecida.
- Ⓓ O valor contábil líquido da unidade equivale ao seu valor justo.

JUSTIFICATIVAS

A - Errado. O valor recuperável de um ativo é o MAIOR valor entre o seu valor em uso ($R\$ 0,60 \times 750.000 \times 96\% = R\$ 432.000$) ou seu valor justo líquido das despesas de venda ($R\$ 480.000 - R\$ 45.000 = R\$ 435.000$). Como o maior valor recuperável é R\$ 10.000 menor que o valor contábil líquido, então esse montante deve ser reconhecido como perda e deve ser constituída uma provisão para essa perda, retificando o valor contábil líquido.*/

B - Correto. O valor recuperável de um ativo é o MAIOR valor entre o seu valor em uso ($R\$ 0,60 \times 750.000 \times 96\% = R\$ 432.000$) ou seu valor justo líquido das despesas de venda ($R\$ 480.000 - R\$ 45.000 = R\$ 435.000$). Como o maior valor recuperável é R\$ 10.000 menor que o valor contábil líquido, então esse montante deve ser reconhecido como perda e deve ser constituída uma provisão para essa perda, retificando o valor contábil líquido.*/

C - Errado. O valor recuperável de um ativo é o MAIOR valor entre o seu valor em uso ($R\$ 0,60 \times 750.000 \times 96\% = R\$ 432.000$) ou seu valor justo líquido das despesas de venda ($R\$ 480.000 - R\$ 45.000 = R\$ 435.000$). Como o maior valor recuperável é R\$ 10.000 menor que o valor contábil líquido, então esse montante deve ser reconhecido como perda e deve ser constituída uma provisão para essa perda, retificando o valor contábil líquido. O valor recuperável é maior que R\$ 13.000.*/

D - Errado. O valor recuperável de um ativo é o MAIOR valor entre o seu valor em uso ($R\$ 0,60 \times 750.000 \times 96\% = R\$ 432.000$) ou seu valor justo líquido das despesas de venda ($R\$ 480.000 - R\$ 45.000 = R\$ 435.000$). Como o maior valor recuperável é R\$ 10.000 menor que o valor contábil líquido, então esse montante deve ser reconhecido como perda e deve ser constituída uma provisão para essa perda, retificando o valor contábil líquido. O bem apresenta perda de valor recuperável.*/

Questão 87

Uma indústria estimou que suas vendas apresentariam um crescimento de 8% entre dois meses subsequentes. Seu ponto de equilíbrio nesses dois meses seria constante em 37,5 mil unidades vendidas, visto não estar prevista qualquer alteração nos custos e despesas fixas totais, nos custos e despesas variáveis unitárias ou no preço de venda unitário. O lucro do mês inicial foi de R\$ 150.000, tendo sido previsto, no mês subsequente, um lucro de R\$ 198.000. Além disso, a margem de segurança e a

margem de contribuição do mês inicial foram, respectivamente, um quarto e um terço da receita de vendas do período.

Nessa situação hipotética, o preço de venda unitário nos meses referidos é de

- Ⓐ R\$ 12.
- Ⓑ R\$ 24.
- Ⓒ R\$ 36.
- Ⓓ R\$ 48.

JUSTIFICATIVAS

A - Errado. R\$ 12 é o valor unitário da Margem de Contribuição. Sabe-se que o crescimento de 8% nas vendas gerará um crescimento de 32% no Lucro Líquido, o que implica que a empresa possui um Grau de Alavancagem Operacional igual a 4 no início do período, portanto sua Margem de Contribuição total nesse momento é de R\$ 600 mil, pois $GAO = MCT/LL$. Sabe-se que a MC é 1/3 das vendas, portanto as vendas nesse momento são de R\$ 1.800.000. O Ponto de Equilíbrio em quantidade adicionado da Margem de Segurança resulta no volume de vendas, portanto $Vendas = 37.500 \times 1,25 = 50.000$. Logo, o preço unitário de venda é $R\$ 1.800.000 / 50.000 = R\$ 36$.*/

B - Errado. R\$ 24 é o valor dos custos e despesas variáveis unitárias. Sabe-se que o crescimento de 8% nas vendas gerará um crescimento de 32% no Lucro Líquido, o que implica que a empresa possui um Grau de Alavancagem Operacional igual a 4 no início do período, portanto sua Margem de Contribuição total nesse momento é de R\$ 600 mil, pois $GAO = MCT/LL$. Sabe-se que a MC é 1/3 das vendas, portanto as vendas nesse momento são de R\$ 1.800.000. O Ponto de Equilíbrio em quantidade adicionado da Margem de Segurança resulta no volume de vendas, portanto $Vendas = 37.500 \times 1,25 = 50.000$. Logo, o preço unitário de venda é $R\$ 1.800.000 / 50.000 = R\$ 36$.*/

C - Correto. Sabe-se que o crescimento de 8% nas vendas gerará um crescimento de 32% no Lucro Líquido, o que implica que a empresa possui um Grau de Alavancagem Operacional igual a 4 no início do período, portanto sua Margem de Contribuição total nesse momento é de R\$ 600 mil, pois $GAO = MCT/LL$. Sabe-se que a MC é 1/3 das vendas, portanto as vendas nesse momento são de R\$ 1.800.000. O Ponto de Equilíbrio em quantidade adicionado da Margem de Segurança resulta no volume de vendas, portanto $Vendas = 37.500 \times 1,25 = 50.000$. Logo, o preço unitário de venda é $R\$ 1.800.000 / 50.000 = R\$ 36$.*/

D - Errado. R\$ 48 é o resultado da divisão do total de vendas pelo Ponto de Equilíbrio, o que é incorreto, pois, sabe-se que o crescimento de 8% nas vendas gerará um crescimento de 32% no Lucro Líquido, o que implica que a empresa possui um Grau de Alavancagem Operacional igual a 4 no início do período, portanto sua Margem de Contribuição total nesse momento é de R\$ 600 mil, pois $GAO = MCT/LL$. Sabe-se que a MC é 1/3 das vendas, portanto as vendas nesse momento são de R\$ 1.800.000. O Ponto de Equilíbrio em quantidade adicionado da Margem de Segurança resulta no volume de vendas, portanto $Vendas = 37.500 \times 1,25 = 50.000$. Logo, o preço unitário de venda é $R\$ 1.800.000 / 50.000 = R\$ 36$.*/

Questão 88

Julgue os itens a seguir, em relação às metodologias de apuração de custo das mercadorias e dos produtos vendidos e dos serviços prestados.

- I A distorção gerada pela metodologia de custeio por absorção evidencia-se pelo fato de que enquanto os custos variáveis são fixos por unidade, eles são crescentes no total, já os custos fixos mantêm-se constantes no total, mas decrescem por unidade, à medida que aumenta a produção.
- II Apesar de a metodologia de custeio variável descarregar todos os custos fixos imediatamente na demonstração de

resultados, sem respeitar a competência, o lucro demonstrado por esse método pode ser maior do que o demonstrado pelo custeio por absorção.

III Uma variação desfavorável na apuração de custos de matérias primas implica desperdício, ao passo que uma variação favorável não necessariamente implica economia de recursos.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item II está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.

JUSTIFICATIVAS

A - Errado. A distorção gerada tem que ver com a subjetividade dos critérios de alocação dos custos indiretos de produção e não com o comportamento dos custos fixos e variáveis.*/

B - Correto. Em uma situação em que haja redução do volume dos estoques de um período a outro, sendo levados estoques velhos a resultado o custeio variável evidenciará lucros maiores, pois os estoques apurados pelo custeio por absorção tem valores maiores.*/

C - Errado. O item I é errado, pois a distorção gerada tem que ver com a subjetividade dos critérios de alocação dos custos indiretos de produção e não com o comportamento dos custos fixos e variáveis. O item III também é incorreto pois uma variação desfavorável na apuração do custo da matéria prima pode ter que ver com o preço pelo qual foi adquirida e não com a forma como foi utilizada.*/

D - Errado. O Item III é errado pois uma variação desfavorável na apuração do custo da matéria prima pode ter que ver com o preço pelo qual foi adquirida e não com a forma como foi utilizada.*/

Questão 89

Considerados os indicadores de liquidez geral e de imobilização do patrimônio líquido, é correto afirmar que a aquisição de um novo equipamento industrial com recursos próprios, sem que ocorra modificação no volume de patrimônio líquido, provocará

- Ⓐ uma melhoria na liquidez geral e na imobilização do patrimônio líquido.
- Ⓑ uma melhoria na liquidez geral, mas uma piora na imobilização do patrimônio líquido.
- Ⓒ uma piora na liquidez geral, mas uma melhora na imobilização do patrimônio líquido.
- Ⓓ uma piora na liquidez geral e na imobilização do patrimônio líquido.

JUSTIFICATIVAS

A - Errado. A aquisição de um novo equipamento com recursos próprios reduzirá o ativo não imobilizado (circulante ou de longo prazo) provocando uma redução na liquidez geral, ((AT – PL)/Capitais de Terceiros) mesmo sem aumento no passivo não circulante. Como a LG é um indicador do tipo quanto maior melhor, então terá havido uma piora na liquidez da empresa. Ao mesmo tempo, como não houve aumento do Patrimônio Líquido, haverá uma piora na imobilização do PL (Imob/PL). Como esse é um indicador do tipo quanto menor melhor, então terá havido uma piora na imobilização do PL.*/

B - Errado. A aquisição de um novo equipamento com recursos próprios reduzirá o ativo não imobilizado (circulante ou de longo prazo) provocando uma redução na liquidez geral, ((AT – PL)/Capitais de Terceiros) mesmo sem aumento no passivo não circulante. Como a LG é um indicador do tipo quanto maior melhor, então terá havido uma piora na liquidez da empresa. Ao mesmo tempo, como não houve aumento do Patrimônio Líquido, haverá uma piora na imobilização do PL (Imob/PL). Como esse é um indicador do tipo quanto menor melhor, então terá havido uma piora na imobilização do PL.*/

C - Errado. A aquisição de um novo equipamento com recursos próprios reduzirá o ativo não imobilizado (circulante ou de longo prazo) provocando uma redução na liquidez geral, ((AT – PL)/Capitais de Terceiros) mesmo sem aumento no passivo não circulante. Como a LG é um indicador do tipo quanto maior melhor, então terá havido uma piora na liquidez da empresa. Ao mesmo tempo, como não houve aumento do Patrimônio Líquido, haverá uma piora na imobilização do PL (Imob/PL). Como esse é um indicador do tipo quanto menor melhor, então terá havido uma piora na imobilização do PL.*/

D - Correto. A aquisição de um novo equipamento com recursos próprios reduzirá o ativo não imobilizado (circulante ou de longo prazo) provocando uma redução na liquidez geral, ((AT – PL)/Capitais de Terceiros) mesmo sem aumento no passivo não circulante. Como a LG é um indicador do tipo quanto maior melhor, então terá havido uma piora na liquidez da empresa. Ao mesmo tempo, como não houve aumento do Patrimônio Líquido, haverá uma piora na imobilização do PL (Imob/PL). Como esse é um indicador do tipo quanto menor melhor, então terá havido uma piora na imobilização do PL.*/

Questão 90

ativo total médio	R\$ 400.000
receita líquida	R\$ 950.000
lucro líquido	R\$ 60.000
taxa mínima de atratividade do capital próprio	12%

Com base nas informações da tabela precedente, que representam a situação econômico-financeira de determinada sociedade no período mais recente, é correto afirmar que o valor econômico agregado no período

- Ⓐ foi inferior a R\$ 20.000.
- Ⓑ ficou entre R\$ 20.000 e R\$ 35.000.
- Ⓒ ficou entre R\$ 35.000 e R\$ 50.000.
- Ⓓ superou R\$ 50.000.

JUSTIFICATIVAS

A - Correto. O valor econômico agregado é a diferença entre o retorno obtido sobre os investimentos e a taxa mínima de atratividade do capital próprio. O ROI é obtido pela multiplicação da Margem (LL/RL) pelo Giro do Ativo (RL/ATM) ou, de forma mais simples, pela divisão do Lucro Líquido pelo Ativo Total Médio, resultando em 15%. Como a taxa de atratividade é 12% então o Valor Econômico Agregado é 3% do investimento total médio ou R\$ 12 mil.*/

B - Errado. Aplicou a Margem Líquida sobre o Investimento, ao invés de obter o ROI por meio da multiplicação da Margem (LL/RL) pelo Giro do Ativo (RL/ATM) ou, de forma mais simples, pela divisão do Lucro Líquido pelo Ativo Total Médio, resultando em 15%. Como a taxa de atratividade é 12% então o Valor Econômico Agregado é 3% do investimento total médio ou R\$ 12 mil.*/

C - Errado. Aplicou a taxa de atratividade sobre o investimento, ao invés de obter o ROI por meio da multiplicação da Margem (LL/RL) pelo Giro do Ativo (RL/ATM) ou, de forma mais simples, pela divisão do Lucro Líquido pelo Ativo Total Médio, resultando em 15%. Como a taxa de atratividade é 12% então o Valor Econômico Agregado é 3% do investimento total médio ou R\$ 12 mil.*/

D - Errado. Considerou o ROI como valor agregado, ao invés de calcular o ROI por meio da multiplicação da Margem (LL/RL) pelo Giro do Ativo (RL/ATM) ou, de forma mais simples, pela divisão do Lucro Líquido pelo Ativo Total Médio, resultando em 15%. Como a taxa de atratividade é 12% então o Valor Econômico Agregado é 3% do investimento total médio ou R\$ 12 mil.*/

Questão 91

Um deputado federal defende proposta de investimento público nacional na exploração de uma *megamina* de potássio da região de Altazes – AM, que possui potencial produtivo maior que o do Canadá, líder mundial na extração desse minério, essencial ao agronegócio. O deputado defende a exploração da jazida para reduzir a dependência do agronegócio brasileiro da importação de potássio, um dos itens fundamentais entre os fertilizantes e que custa ao agronegócio 14 bilhões de dólares por ano. Atualmente, 96% do potássio utilizado pelo agronegócio nacional é importado.

Nessa situação hipotética, caso a proposta defendida pelo deputado seja aprovada, a função econômica do Estado que deverá ser utilizada para viabilizar o referido investimento será a função

- Ⓐ alocativa.
- Ⓑ estabilizadora.
- Ⓒ distributiva.
- Ⓓ fiscalizadora.

JUSTIFICATIVAS

A - CERTO. A alternativa está correta, pois a utilização do investimento público para alavancar o desenvolvimento econômico trata-se do uso da função Alocativa do estado. Nesse caso, o governo dirige a utilização dos recursos totais da economia, incluindo a oferta de bens públicos. Dessa forma, podem ser criados incentivos para desenvolver certos setores econômicos em relação a outros.*/

B - Errado. Vide justificativa alternativa “A”.*/

C - Errado. Vide justificativa alternativa “A”.*/

D - Errado. Vide justificativa alternativa “A”.*/

Questão 92

Julgue os itens a seguir, relativos ao orçamento público.

- I A técnica orçamentária conhecida como base zero exige uma reavaliação periódica das despesas associadas a cada ação ou programa.
- II Ao se considerar toda despesa como uma nova despesa, expressa-se o sentido de um orçamento tradicional.
- III O orçamento-programa apresenta os propósitos, os objetivos e as metas para os quais a administração solicita os recursos necessários, bem como identifica os custos dos programas propostos para alcançar tais objetivos e os dados quantitativos que medem as realizações e o trabalho desenvolvido dentro de cada programa.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item II está certo.
- Ⓑ Apenas o item III está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens I e III estão certos.

JUSTIFICATIVAS

A - Errado. Vide justificativa alternativa “D”.*/

B - Errado. Vide justificativa alternativa “D”.*/

C - Errado. Vide justificativa alternativa “D”.*/

D - CERTO. Essa técnica é o chamado orçamento base zero. Nessa técnica, o Processo orçamentário que se apoia na necessidade de justificativa de todos os programas cada vez que se inicia um novo ciclo orçamentário. É feita uma análise, onde se revê e avalia todas as despesas propostas e não apenas as das solicitações que ultrapassam o nível de gasto já existente. O Item II está errado, pois a técnica do orçamento tradicional é o Processo orçamentário em que é explicitado apenas o objeto de gasto. Apresenta valores para as despesas com pessoal, material, serviços etc., sem relacionar os gastos a nenhuma finalidade (programa ou ação). Também é conhecido como orçamento clássico. Já o item III também está correto, pois a técnica do

Orçamento-programa é a que expressa, financeira e fisicamente, os programas de trabalho de governo, possibilitando:

- a integração do planejamento com o orçamento;
- a quantificação de objetivos e a fixação de metas;
- as relações insumo-produto;
- as alternativas programáticas;
- o acompanhamento físico/financeiro;
- a avaliação de resultados;
- a gerência por objetivos.*/

Texto 1A5-I

Determinada entidade do setor público apresentou alguns lançamentos de receitas e despesas referentes ao exercício de 2022, listadas na tabela a seguir.

receita/despesa	RS
receita patrimonial	1.500.000
peçoal ativo	20.000.000
receita industrial	500.000
operações de crédito	2.000.000
amortização de dívida de LP	2.000.000
aquisição de material de expediente	500.000
alienação de bens	500.000
amortização de empréstimos	500.000
aquisição de equipamentos para postos de saúde	1.500.000
receita tributária	20.000.000
transferências de capital	2.000.000
obrigações patronais	5.000.000
transferências correntes	6.000.000
construção de escola	3.000.000
encargos sobre operações de credito	1.000.000
receita de serviços	2.000.000

Questão 93

De acordo com os dados da situação hipotética apresentada no texto 1A5-I, o valor das receitas de capital é igual a

- Ⓐ R\$ 6.500.000.
- Ⓑ R\$ 8.000.000.
- Ⓒ R\$ 5.000.000.
- Ⓓ R\$ 4.500.000.

JUSTIFICATIVAS

A - Errado. Vide justificativa alternativa “C”.*/

B - Errado. Vide justificativa alternativa “C”.*/

C - CERTO. segundo a classificação constante da Lei 4.320 as receitas de capital correspondem ao somatório das Transferências de capital (R\$ 2.000.000) + Amortização de empréstimos (R\$ 500.000) + Alienação de bens (R\$ 500.000) + Operações de credito (R\$ 2.000.000)= R\$ 5.000.000*/

D - Errado. Vide justificativa alternativa “C”.*/

Questão 94

Conforme os dados da situação hipotética apresentada no texto 1A5-I, o valor das despesas de capital é igual a

- Ⓐ R\$ 6.500.000.
- Ⓑ R\$ 8.500.000.
- Ⓒ R\$ 7.000.000.
- Ⓓ R\$ 9.000.000.

JUSTIFICATIVAS

A - CERTO. segundo a classificação constante da Lei 45.320 as despesas de capital correspondem ao somatório da AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA DE LP + CONSTRUÇÃO DE ESCOLA + AQUISIÇÃO DE TOMÓGRAFOS P/ POSTOS DE SAÚDE = R\$ 2.000.000+ R\$ 3.000.000 + R\$ 1.500.000=R\$ 6.500.000.*/

B - Errado. Vide justificativa alternativa “A”.*/

C - Errado. Vide justificativa alternativa “A”.*/

D - Errado. Vide justificativa alternativa “A”.*/

Texto 1A5-II

Certo ente subnacional registrou, em sua contabilidade, os fatos presentes na tabela a seguir, referentes ao exercício de 2022.

	RS
despesas empenhadas e líquidas	500.000
empenho de despesa	570.000
arrecadação de receitas tributárias	600.000
despesas pagas	450.000

Questão 95

Com base apenas nos fatos presentes no texto 1A5-II, os restos a pagar não processados correspondem a

- A R\$ 20.000.
- B R\$ 100.000.
- C R\$ 70.000.
- D R\$ 130.000.

JUSTIFICATIVAS

A - Errado. Vide justificativa alternativa “C”.* /

B - Errado. Vide justificativa alternativa “C”.* /

C - CERTO. segundo o artigo 36 da Lei 4.320, consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas. Assim os RAP’S não processados são equivalentes às despesas empenhadas, porém não liquidados e não pagos. Nesse caso, basta subtrair das despesas empenhadas as despesas empenhadas e liquidadas = R\$ 570.000 – R\$ 500.000 = R\$ 70.000* /

D - Errado. Vide justificativa alternativa “C”.* /

Questão 96

Com base apenas nos fatos presentes no texto 1A5-II, os restos a pagar processados correspondem a

- A R\$ 50.000.
- B R\$ 100.000.
- C R\$ 70.000.
- D R\$ 130.000.

JUSTIFICATIVAS

JUSTIFICATIVAS

A - Errado. Vide justificativa alternativa “B”.* /

B - CERTO. A alternativa está correta, pois somente a afirmativa contida no Item II está certa. A LOA é elaborada em consonância com o PPA e a LDO e segue os ditames da LRF, tendo como um dos seus anexos o demonstrativo de compatibilidade da programação os orçamentos com os objetivos e metas do PPA. A afirmativa contida no Item I está incorreta pois a LDO não dispõe de normas relativas ao controle do legislativo e nem da avaliação da eficiência e moralidade dos projetos de lei. Já a afirmativa contida no Item III também está errada, pois o PPA é um plano de médio prazo e não longo.* /

C - Errado. Vide justificativa alternativa “B”.* /

D - Errado. Vide justificativa alternativa “B”.* /

Questão 98

O Governo do DF (GDF) decidiu implementar um novo programa de resíduos sólidos em 2022. Para viabilizar esse projeto, o GDF apurou os dados financeiros e orçamentários mostrados na tabela a seguir.

	RS
receita corrente arrecadada	2.100.00
receita de capital arrecadada	1.000.000
saldo da disponibilidade do exercício anterior (2021)	200.000
despesas extraorçamentárias realizadas	500.000
operações de crédito	200.00

De acordo com os dados apresentados nessa situação hipotética, o GDF poderá abrir um crédito especial de até

- A R\$ 600.000.
- B R\$ 800.000.
- C R\$ 1.000.000.
- D R\$ 900.000.

JUSTIFICATIVAS

A - Errado. Vide justificativa alternativa “B”.* /

B - CERTO. A alternativa está correta, pois o saldo para abertura do crédito especial será dado pela equação RO+REO+DAS-DO-DEO = RECEITA DE CAPITAL + RECEITA CORRENTE + SDA- DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS – DESPESAS EXTRA ORÇAMENTÁRIAS = 1.000.000+2.100.000+200.000-2.000.000-500.000 = R\$ 800.000. Ressalte-se que as OPERAÇÕES DE CRÉDITO não devem ser adicionadas para evitar a dupla contagem, pois estão inclusas no valor das DESPESAS DE CAPITAL * /

A - CERTO. segundo o artigo 36 da Lei 4.320, consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas. Assim os RAP’S processados são equivalentes às despesas empenhadas e liquidadas, porém não pagas. Nesse caso, basta subtrair das despesas empenhadas e liquidadas das despesas pagas = R\$ 500.000 – R\$ 450.000 = R\$ 50.000* /

B - Errado. Vide justificativa alternativa “A”.* /

C - Errado. Vide justificativa alternativa “A”.* /

D - Errado. Vide justificativa alternativa “A”.* /

Questão 97

O modelo orçamentário brasileiro é composto basicamente de três instrumentos: plano plurianual (PPA), lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e lei orçamentária anual (LOA). A respeito desses instrumentos, julgue os itens seguintes.

- I A LDO disporá sobre normas relativas ao controle legislativo e à avaliação da eficiência e da moralidade dos projetos de lei encaminhados ao Poder Executivo pelo Congresso Nacional.
- II O projeto de LOA, elaborado de forma compatível com o PPA, com a LDO e com as normas da Lei complementar n.º 101/2000, conterà, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas.
- III O PPA é um plano de longo prazo, por meio do qual se procura ordenar as ações do governo que levem ao atingimento dos objetivos e metas fixados para um período de quatro anos.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas o item III está certo.
- D Todos os itens estão certos.

C - Errado. Vide justificativa alternativa “B”.*/

D - Errado. Vide justificativa alternativa “B”.*/



Questão 99

A fim de adquirir um terreno para a construção de um batalhão da Polícia Militar, em dezembro de 2022 determinado ente público contratou uma operação de crédito no valor de R\$ 2.000.000, com vencimento acordado para dezembro de 2024.

Nessa situação hipotética, de acordo com as determinações da Lei Complementar n.º 101/2000, a dívida pública contraída pelo ente público em dezembro de 2022 é classificada como dívida

- A consolidada.
- B flutuante.
- C mobiliária.
- D ativa.

JUSTIFICATIVAS

A - CERTO. A alternativa está correta, pois conforme contido no artigo 29 da LRF, a Dívida consolidada corresponde a dívida pública contratada com prazo superior a 12 meses.*/

B - Errado. Vide justificativa alternativa “A”.*/

C - Errado. Vide justificativa alternativa “A”.*/

D - Errado. Vide justificativa alternativa “A”.*/



Questão 100

No exercício de 2022, conforme a legislação pertinente, o acompanhamento físico-financeiro dos programas de trabalho das unidades orçamentárias, assim como as informações contábeis e as relativas à execução orçamentária do GDF foram registradas no

- A Sistema Integrado de Administração Financeira do GDF (SIAFI-GDF).
- B Sistema Integrado de Gestão Governamental do GDF (SIGGo).
- C Sistema Integrado de Gestão Financeira e Planejamento do GDF (SIGPLAN).
- D Sistema Integrado de Administração Financeira de Estados e Municípios (SIAFEM).

Espaço livre

JUSTIFICATIVAS

A - Errado. Vide justificativa alternativa “B”.*/

B - CERTO. A alternativa está correta, pois conforme estabelecido no DECRETO Nº 32.598, DE 15 DE DEZEMBRO 2010 em seu artigo 92, o acompanhamento físico-financeiro dos programas de trabalho das unidades orçamentárias do distrito federal dar-se-á por intermédio do SAG/SIGGo e do SIAC/SIGGo. Assim, o SIGGo reúne toda a movimentação financeira, orçamentária, patrimonial e contábil do Governo do Distrito Federal e é alimentado pelas unidades gestoras da administração pública, como secretarias e administrações regionais. As principais informações de lá são divulgadas no portal da transparência (www.transparencia.df.gov.br).*/

C - Errado. Vide justificativa alternativa “B”.*/

D - Errado. Vide justificativa alternativa “B”.*/